Marly Rodrigues

O Brasil na Década de 1950

3ª Edição

Revisada e ampliada para *download*

MEM
MEMÓRIAS
MEMOR

O Brasil na Década de 1950

Editora Autora

Marly Rodrigues

Edição, Revisão e Preparação

M. Apparecida F.M. Bussolotti

Paginação

Renata Souza Tavares

3ª Edição

Os textos disponíveis para *download*
são edições revisadas e ampliadas
de publicações esgotadas.

São Paulo

2010

Todos os direitos reservados a

marly@mem.com.br

SUMÁRIO

1 PERFIL DE UMA ÉPOCA 6

Quem quer a guerra 7

Quem não está comigo... 8

E tudo se transforma 11

Nas telas 12

Os filhos da Guerra Fria 13

2 REPENSANDO O BRASIL 15

A Igreja 15

A esquerda 16

Os nacionalistas 17

Os planejadores 21

Novos pensares 22

Abstrações? 24

Em cena, outras personagens 24

No ar, novos sons 26

3 REFAZENDO O BRASIL 27

As cidades 27

Um palco privilegiado 28

Um modo de vida moderno 29

A imprensa 31

O rádio 32

A televisão 33

O cinema 34

4 GOVERNANDO O BRASIL 37

Getúlio Vargas 38

Café Filho 51

Juscelino Kubitschek 54

CRONOLOGIA 68

GLOSSÁRIO 71

PARA SABER MAIS 74

1

Perfil de uma nova época

No final dos anos 40, ainda sob o impacto da violência vivida durante o período de guerra (1939-45), os homens cheios de otimismo resultante da vitória da democracia sobre os regimes nazifacistas pensaram em poder construir um mundo novo no qual buscariam a paz e o bem-estar.

Para concretizar este objetivo contavam com as inovações científicas e tecnológicas decorrentes da própria guerra.

Os avanços nos ramos da medicina, da biologia e da química trouxeram novas perspectivas de cura para diversas doenças, o prolongamento da expectativa de vida e a possibilidade de obtenção de quantidades crescentes de alimentos.

Das inúmeras pesquisas realizadas para o aperfeiçoamento do material bélico resultaram novas matérias-primas, derivadas do petróleo. Leves e versáteis, elas possibilitaram a fabricação de objetos de uso diário, com desenho arrojado e elegante, e caracterizaram a inovação estética e a simplificação dos hábitos cotidianos que hoje cultivamos.

O desenvolvimento da aviação e dos meios de comunicação encurtaram distâncias e propiciaram a rápida circulação de informações, o que, acreditava-se, tornaria os homens mais solidários.

A paz, porém, não foi tão duradoura quando se desejara. Os progressos do pós-guerra não foram suficientes para diminuir a diferença de nível existente entre os habitantes de um mesmo país e entre as diversas regiões do mundo.

Quem quer a guerra?

A Segunda Guerra Mundial alterou a composição das forças políticas que até então haviam dominado o mundo. Países derrotados, como a Alemanha e Japão, enfrentaram a reconstrução e, aos poucos, retomaram o desenvolvimento interno, colocando-se em posições importantes no conjunto das nações; países vencedores, como França e Inglaterra, viram declinar sua posição internacional em favor de suas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, fortalecidas em decorrência da própria guerra.

Os Estados Unidos, que haviam conquistado posições importantes na Europa e no Extremo Oriente, tornaram-se líderes das democracias liberais. A União Soviética à frente dos países socialistas, exercia grande influência na Europa e em algumas regiões do Oriente.

A maior parte dos confrontos do pós-guerra esteve relacionada à disputa de posições políticas entre as duas potências, o que gerou uma situação de instabilidade e insegurança que se convencionou chamar Guerra fria. Embora não alcançando o ponto de uma guerra declarada, os conflitos – como o da Coréia, o da Indochina, o da Palestina, e o de Suez – ameaçavam a paz mundial.

O que mais se temia era uma nova explosão atômica. Desde 1945, quando os americanos fizeram explodir Hisoshima e Nagasaki, pesava sobre a humanidade o perigo de uma destruição nuclear. Quatro anos depois, a inclusão de armas atômicas no arsenal soviético fez crescer o medo de uma guerra de consequências fatais. O desafio entre Estados Unidos e União Soviética assemelhava-se, porém, à luta de dois leões que se temem mutuamente e respeitam suas respectivas forças, a ponto de não chegarem a extremos em sua competição.

O final da Segunda Grande Guerra trouxe, também, o crescimento do nacionalismo, muitas vezes mesclado com o socialismo. Nos antigos impérios

coloniais europeus da África, Ásia e Oriente, o nacionalismo orientou as lutas de libertação. Politicamente enfraquecidos e empobrecidos pela guerra, os países colonialistas não mais conseguiram manter os exércitos necessários à garantia de suas posses em outros continentes. A Inglaterra viu-se obrigada a conceder independência à Índia, ao Paquistão e ao Ceilão, enquanto os franceses eram expulsos da Indochina e os holandeses da Indonésia.

Na América Central e do Sul o nacionalismo assumiu conotações de oposição ao predomínio econômico dos Estados Unidos na região.

A disputa entre União Soviética e Estados Unidos estendeu-se, também, aos países recém-independentes e aos países latino-americanos. Em 1959, quando a luta contra a ditadura de Batista, favorável aos americanos, fez de Cuba a primeira nação socialista da América, a União Soviética ganhou maior espaço no Novo Mundo. Nesta ocasião, porém, a Guerra fria já declinava dando lugar à coexistência pacífica que marcaria uma nova fase das relações internacionais entre as superpotências do Leste e do Oeste.

Quem não está comigo...

As disputas americano-soviéticas acabaram por configurar a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, o capitalista e o socialista, que haviam começado a delinear-se desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Em 1947, os Estados Unidos, baseados no princípio da Doutrina Truman – oferecer ajuda econômica e militar aos países ameaçados pelo comunismo –, puseram em ação o Plano Marshall, que consistia em ajuda econômica e técnica para a reconstrução dos países atingidos pela guerra.

Com esta atitude os americanos conseguiram inúmeros aliados internacionais e fizeram frente ao crescimento do socialismo, visto como um perigo a ameaçar a segurança de sua posição mundial.

A ampliação do campo socialista para a Europa Central, entre 1945 e 1948, foi em parte decorrência da formação de resistência contra os países do Eixo durante o período de guerra. Nos governos de coalizão então formados, os comunistas acabaram predominando e constituindo democracias populares – na Polônia, Albânia, Bulgária, Iugoslávia, Romênia e Hungria –, organizadas segundo o modelo soviético e sob sua área de influência.

A formação de outras repúblicas populares – como a do Vietnã, em 1945, e as da China e da Coréia, em 1949 – fortaleceu enormemente o bloco socialista, tornando aguda a competição já existente entre este e o bloco capitalista.

Um fator importante para a consolidação dos dois blocos foi a tendência à internacionalização de algumas questões antes resolvidas no âmbito de cada país, entre as quais a da economia e a da defesa. Para resolvê-las foram criados inúmeros organismos internacionais: alguns, como a ONU (Organização das Nações Unidas), criada em 1945, abrangem múltiplos campos e sua ação estende-se a todos os países; outros, como o MCE (Mercado Comum Europeu), de 1957, atendem a aspectos específicos; outros ainda, como a Comecon (Conselho Econômico de Assistência Mútua) e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), ambos de 1949, ou o Pacto de Varsóvia, de 1955, congregavam exclusivamente países capitalistas ou socialistas, estabelecendo entre eles o compromisso de defesa coletiva através da colaboração política, econômica e militar.

Os acordos realizados em muitas ocasiões não significaram, porém, apenas a proteção mútua, mas também justificaram a intervenção americana ou soviética nas questões internas dos países membros. Estas intervenções – como a da Hungria, em 1956 –, realizadas em nome da democracia ou da paz mundial, serviam à manutenção da posição política dos Estados Unidos ou da União Soviética no plano internacional.

A posição internacional dos dois blocos não foi apenas baseada em ações militares e econômicas – baseou-se também na propaganda ideológica. Através de

publicações, do cinema e de outras promoções, no bloco ocidental construiu-se a imagem negativa do comunismo e da vida nos países socialistas e, ao mesmo tempo, a imagem positiva do modo de vida norte-americano como ideal a ser atingido. Colocava-se, assim, como dever de todos que admiravam a vida norte-americana, a defesa incondicional daquilo que se propagava como seu fundamento: a democracia, "constantemente ameaçada pelo fantasma do comunismo".

Nos Estados Unidos, a campanha anticomunista foi liderada pelo senador McCarthy e constituiu-se em uma série de medidas restritivas à liberdade de expressão. À mínima suspeita de simpatia pelo socialismo, cidadãos americanos sofreram restrições de trabalho, responderam a julgamentos ou partiram para o exílio, como aconteceu com vários artistas e intelectuais.

Na segunda metade dos anos 50, vários fatores contribuíram para a distensão das relações entre os "dois grandes".

No plano interno, nos Estados Unidos, a pressão macarthista foi sendo superada em favor de medidas liberalizantes do presidente Eisenhower. Na União Soviética, após a morte de Stalin ocorrida em 1953, assiste-se ao "Degelo", orientado por Nikita Kruschev, que consistiu em uma série de medidas econômicas objetivando a ampliação da produção industrial, a liberalização cultural e uma política externa mais flexível.

No plano internacional, os blocos sofreram rupturas que levaram os respectivos líderes a uma revisão de posições. Países europeus, aliados dos Estados Unidos, como França e Inglaterra, já recuperados dos danos da guerra, passaram a ter posições cada vez mais independentes. Por outro lado, a União Soviética perdera a condição de líder do movimento comunista mundial, em razão de divergências com a China, o que ocasionou a divisão de muitos partidos comunistas existentes no mundo.

Defendendo a coexistência pacífica, Kruschev visita Eisenhower em 1959. Ao findar a década de 1950, os homens não estavam tão otimistas e buscavam a

igualdade e a paz por outros caminhos – até então os gestos haviam sido inúteis. Mais tarde, nos anos 60, quando Kennedy vai ocupar a Presidência dos Estados Unidos, vários acordos entre as duas grandes potências – sobre o controle de armamentos e a política atômica – aliviarão a tensão mundial.

E tudo se transforma

A década de 1950 prenuncia mudanças de comportamento e valores que irão marcar os anos 60.

A crescente participação da mulher nas várias atividades e sua emancipação sexual – possível depois da invenção da pílula anticoncepcional, em 1954 – influíram nas relações familiares, criando novos parâmetros para seu estabelecimento.

Os hábitos cotidianos mudaram, acompanhando o ritmo acelerado da automação da produção padronizada, que até hoje torna os objetos obsoletos antes que eles percam a utilidade.

A popularização do consumo, incentivado pela propaganda e pelo sistema de crediário, possibilitou a um número maior de pessoas tornar o dia a dia mais agradável. Os eletrodomésticos facilitavam os afazeres da casa, o carro possibilitava maior mobilidade na locomoção urbana, nas viagens de fim de semana e de férias anuais. As radiovitrolas disputavam com os aparelhos de TV a promoção do entretenimento doméstico.

Gradativamente, a TV, talvez o mais importante meio de comunicação de massa até hoje produzido, foi ganhando espaço como fonte de informação. Através dela as imagens dos fatos podiam ser vistas ao mesmo tempo, em lugares diferentes, por milhares de pessoas, permitindo a rápida atualização e a perpetuação na memória, o que dá ao espectador a sensação de ser participante dos acontecimentos.

Um acontecimento de imenso alcance, dadas as possibilidades que fazia

vislumbrar, mais tarde cantado por Gilberto Gil em "*Lunik 9*", foi a conquista do espaço, quando soviéticos e americanos – "...buscando a esperança que aqui já se foi" – lançaram satélites artificiais que, girando em torno da Terra e da Lua, nos trouxeram imagens inéditas. O primeiro foi o Sputnik, em 1957. A este se seguiu, um ano depois, o Explorer I, dos Estados Unidos. Em 1959, o soviético Lunik II mostrou aos homens, pela primeira vez, a face oculta da Lua e o Explorer IV, a Terra, a 27 mil quilômetros de altura!

Nas telas

O cinema, outro importante meio de comunicação de massa, durante os anos 50 sofreu transformações fundamentais. Do ponto de vista técnico, adotou inovações, como a tela panorâmica, o cinemascope e a terceira dimensão; do artístico incorporou sutileza e refinamentos.

Movimentos de importância, como a *nouvelle vague* e o *neo-realismo*, na Europa, deram destaque a vários diretores que introduziram nas telas temas intimistas e políticos. Nos Estados Unidos, o surgimento de produtores independentes possibilitou a realização de filmes que analisavam a sociedade americana, impossíveis de serem produzidos pelos grandes estúdios voltados para a difusão de grandes espetáculos e estrelas, como Marilyn Monroe, mito até hoje cultuado. De fato, o cinema exerceu papel de destaque na mudança de valores, hábitos e modos de agir dos jovens. Através dele difundiram-se novos modelos de comportamento – como os heróis rebeldes vividos por Marlon Brando em *Um bonde chamado desejo* e James Dean em *Vidas Amargas* –, que compuseram a imagem de uma juventude para a qual restava apenas o espaço do não, palavra com a qual enfrentavam a resistência da sociedade a seus anseios.

A divulgação de um novo gênero musical, misto de *blues* e *country*, o *rock and roll*, também se deve ao cinema.

Em 1954, após a projeção de *Sementes da violência*, cuja trilha sonora é *"Round around tue clock"*, cantada por Bill Halley and his Comets, platéias de todo o mundo provocavam tumultos que chamaram a atenção para a insatisfação reinante entre os jovens e, do ponto de vista da comunicação, para o poder de mobilização contido no novo ritmo. Dois anos depois, as telas de cinema se cobriam com a imagem do maior ídolo do *rock*, Elvis Presley, imitado pela juventude e por um número sem conta de roqueiros.

Os filhos da guerra fria

Os anos 50 constituem um importante momento do desenvolvimento da história do homem contemporâneo.

Em parte como decorrência da Segunda Guerra Mundial, acentuaram-se as características da sociedade moderna, originada na Revolução Industrial. Os avanços tecnológicos baseados nos novos conhecimentos científicos permitiram intensificar o ritmo de produção e a exploração do trabalho. A quantidade e a variedade dos bens produzidos, cada vez mais, exigiam a expansão dos mercados e do consumo. Os Estados fortaleceram-se enormemente.

As cidades cresceram tornando-se metrópoles cujo tamanho ultrapassa as possibilidades da escala humana. Assiste-se à constante e radical transformação das paisagens com a destruição de espaços histórica e ecologicamente importantes. Pequenos rituais cotidianos, fundamentais para o equilíbrio emocional do homem, são abandonados. Os meios de comunicação de massa são explorados ao máximo. Jornais, revistas, TV, cinema, cartazes, *outdoors* impregnam o dia a dia, vendendo produtos, estabelecendo comportamentos, divulgando uma cultura produzida por especialistas.

Este quadro de transformações aceleradas acabou por redefinir a imagem que

os homens dos anos 50 tinham do mundo e de seu lugar nele. Cerceados em sua busca de paz, cada vez mais impulsionados a ser apenas espectadores, os filhos da Guerra fria procuraram resistir. Por caminhos, os mais diversos, da criação artística, da rebeldia e do engajamento político – quer através do marxismo, quer através do existencialismo –, eles lutaram por um espaço de opinião e decisão coletiva.

2

Repensando o Brasil

O Brasil viveu, durante os anos 50, um clima de esperança presente na movimentação política e nos debates então travados.

O tema que centralizava as atenções era o desenvolvimento do País, isto é, a superação dos problemas sociais, do atraso econômico e cultural.

O esforço em entender o País havia tomado conta de boa parte dos brasileiros e se refletia na renovação do posicionamento de vários setores organizados da sociedade.

A Igreja

A tradição conservadora da Igreja Católica no Brasil começou a ser rompida nessa época. Assimilando a teologia europeia mais progressista, denunciadora da violência e injustiça sociais, parte do clero, e também dos leigos, reformulou o sentido de sua atuação.

Em 1950, a ACB (Ação Católica Brasileira) foi reorganizada e ganhou maior liberdade de ação. Agregando militantes jovens de um mesmo setor de atividade, a ACB coordenava a JEC (Juventude Estudantil Católica) – todas defendendo posições políticas que tentavam conciliar com as questões de evangelização. No início dos anos 60, membros da JUC, de posição mais extremada, deram origem à AP (Ação Popular), que se intitulava um "movimento de vanguarda" e, mais tarde, tornou-se o partido de esquerda católica, defendendo um socialismo humanista com o objetivo de conscientizar e organizar o povo.

Paralelamente à reorganização da ACB, sob a liderança de D. Hélder Câmara,

foi fundada em 1952 a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cuja ação destacou-se na área rural, especialmente no Nordeste, e que, durante a década de 1970, teria realce na organização das camadas populares.

A CNBB criou também um sistema de educação radiofônica em cinco dioceses do Nordeste, experiência que propiciou a formação do MEB (Movimento de Educação de Base). Quatro anos após a criação da Conferência, os bispos do Nordeste, na "*Declaração de Campina Grande*", afirmavam:

> A Igreja se proclama sem nenhuma vinculação com as situações injustas e se coloca ao lado dos injustiçados para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção.

Finalmente, em 1960, a CNBB decidiu-se pelo apoio à Reforma Agrária.

A esquerda

Embora existissem outras correntes, como a dos socialistas e a dos trotskistas, a atuação da esquerda brasileira foi hegemonicamente conduzida pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Refletindo o posicionamento mais agressivo que o movimento comunista internacional assumira diante da Guerra fria, desde o final dos anos 40 o PCB adotara uma retórica revolucionária que, no início da década seguinte, resultaria na proposta de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, objetivando o estabelecimento de um governo popular. Porém, ao mesmo tempo em que se opunha a Vargas, o PCB aproximava-se cada vez mais da ala esquerda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com o qual, após unir forças em defesa da criação do monopólio estatal do petróleo em 1952, procurou negociar o estabelecimento de uma aliança eleitoral para apresentação de candidatos comuns nas eleições parlamentares de 1954.

A partir de então, o PCB foi definindo um programa moderado que incluía a participação nas instituições políticas e a aliança com os setores "progressistas" da burguesia e das Forças Armadas.

Do ponto de vista dos comunistas, os entraves ao desenvolvimento brasileiro era o imperialismo, em especial o norte-americano, e o latifúndio. Isso justificava a unificação dos setores sociais que não estavam vinculados a esses interesses e a formação de uma frente nacionalista e democrática, proposta em 1958, para a tomada do poder pela "pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas". No plano internacional, acompanhando a distensão das relações entre Estados Unidos e União Soviética, o partido passou a defender a coexistência pacífica.

Em 1960, o V Congresso do PCB reafirmaria estas posições. Considerando que a revolução brasileira tinha um caráter anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrático, o partido passou a propor a formação de uma Frente Nacionalista e Democrática e a tomada do poder pela via pacífica e eleitoral. Nesse sentido, pensava contar com os sindicatos, a Igreja, as Forças Armadas e entidades estudantis cujo crescente papel na vida brasileira considerava inegável. Nesta fase o PCB intensificou sua atuação junto aos trabalhadores rurais, além de continuar atuante junto ao proletariado, através dos sindicatos, entidades sobre as quais sempre exercera grande influência.

A partir de 1956, questões referentes à desestalinização da União Soviética, seu rompimento com a China e a proposta de coexistência pacífica desencadearam dissidências no PCB, o que deu origem a vários grupos de esquerda.

Os nacionalistas

A corrente de pensamento de maior influência nos anos 50 foi a nacionalista. A tese central dos nacionalistas apoiava-se na possibilidade de desenvolvimento

independente do Brasil, através da industrialização comandada pela burguesia e por capitais nacionais. Isso, no entanto, não significava uma aversão absoluta ao capital e à tecnologia estrangeiros, aceitos na medida em que se submetessem ao controle nacional.

No processo de industrialização, as elites dirigentes do País seriam substituídas por uma liderança burguesa nacional que atenderia aos interesses do povo brasileiro. Além disso, a industrialização, acreditavam os nacionalistas, daria condições para o desenvolvimento de uma cultura autenticamente nacional.

A semelhança entre algumas propostas nacionalista e do PCB favoreceu a aproximação deste último com a ala esquerda do PTB, ligada a João Goulart, ministro do Trabalho de Vargas e Vice-Presidente da República no período Juscelino. Juntos, PCB e PTB atuaram em várias eleições e no movimento sindical, sob certos aspectos, reforçando a relação entre este e o Estado.

O nacionalismo assume a característica de um projeto que daria à fração industrial da burguesia, que, acreditava-se, não estava comprometida com o capital estrangeiro, possibilidades de tornar-se o grupo dirigente do Estado, grupo esse que se responsabilizaria pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

O desenvolvimento da ideologia nacionalista acabou por ser encampado pelo Estado.

A sistematização de um projeto nacional para o Brasil se iniciara em 1952. Intelectuais e técnicos da administração pública influenciados pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e comprometidos com as propostas econômicas de Vargas formaram um grupo conhecido como "Itatiaia".

Em 1953, o Grupo Itatiaia organizou-se formalmente em uma entidade de caráter privado, o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que editou os *Cadernos do Nosso Tempo*, através dos quais divulgava seus estudos. Dois anos depois, estes intelectuais decidiram trabalhar junto ao poder público e

promoveram a formação do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), instituição cultural ligada ao Ministério da Educação e Cultura.

O ISEB gozava de autonomia de opinião. Destinava-se ao estudo, ensino e divulgação das Ciências Sociais aplicadas à compreensão da realidade brasileira, e à elaboração dos suportes teóricos para o desenvolvimento do capitalismo nacional.

Por meio de publicações, seminários, cursos e conferências, inicialmente voltados para um público envolvido com o trato de problemas nacionais em instituições públicas ou privadas, o ISEB difundiu suas propostas de desenvolvimento nacional.

Com algumas variantes, relativas à posição nacionalista radical ou moderada dos estudiosos, as propostas baseavam-se no desenvolvimento industrial autônomo, apoiado politicamente por uma "frente única" composta pela burguesia nacional, pelo proletariado, por grupos de técnicos da administração e intelectuais – setores da sociedade interessados na superação do subdesenvolvimento e capazes de enfrentar os opositores da industrialização, isto é, a burguesia latifundiária mercantil e o imperialismo.

A proposta de "frente única", bem como a de "frente nacional e democrática" dos comunistas não considerava as diferenças internas da sociedade brasileira. Assim, o agrupar em uma mesma ação política segmentos sociais com interesses opostos acabou por amenizar o fato de que o projeto nacionalista interessava, primordialmente, à burguesia, tornando-o um projeto de interesse dos brasileiros em geral.

Em 1958, a discussão em torno do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, acabou por aumentar as divergências já existentes entre os componentes do ISEB, no que se referia aos "graus" de estatização dos setores básicos da economia, da aplicação de capital estrangeiro e, também, sobre a estratégia de atuação do Instituto.

A discussão ultrapassou o ISEB, envolveu a UNE (União Nacional dos

Estudantes) e a imprensa – em especial o jornal nacionalista *Última Hora* –, e acabou por provocar a retirada dos "moderados".

A partir de então, até 1964, quando extinto pelos militares, o ISEB aderiu diretamente à ação política ao lado da Frente Parlamentar Nacionalista e do PCB. Neste período, a aliança entre o capital internacional e nacional, realizada no período Juscelino, obrigou ao redimensionamento da ideologia nacionalista. Neste processo, ele acabou se tornando um instrumento da esquerda para a proteção da indústria nacional e de nacionalização das empresas estrangeiras.

Os conceitos elaborados pelo ISEB difundiram-se pela sociedade e serviram de paradigma para a apreensão da "realidade brasileira" durante as década de 1950 e 1960. Sua influência foi particularmente notável na formação de intelectuais, de artistas e na produção cultural, em destaque o teatro e o cinema.

A concepção de cultura como um dos instrumentos de transformação social, conscientizador, e da intelectualidade como vanguarda desta transformação, implicou a incorporação de temas sociais nas manifestações artísticas e ampla polêmica sobre o que era cultura popular e seu papel na elaboração da cultura nacional. O caráter revolucionário da cultura, absorvido por grande parte da esquerda, marcou a produção dos anos 60, em especial dos grupos do teatro Arena e Oficina, do Cinema Novo e a ação do CPC (Centro Popular de Cultura), da UNE.

A outra corrente de pensamento que se desenvolveu no interior do Estado foi a da ESG (Escola Superior de Guerra), fundada em 1949. Tendo como modelo a *War College* norte americana, elaborou propostas próprias para o desenvolvimento brasileiro e foi responsável pela formação de uma elite militar, favorável ao alinhamento do Brasil ao bloco político comandado pelos Estados Unidos, cuja influência na vida pública foi crescentes, especialmente a partir da metade dos anos 50.

O pensamento da ESG propunha-se a analisar o Brasil do ponto de vista da geopolítica e da segurança nacional. Difundidas através de cursos, seminários e

publicações, estas análises influíram diretamente na formulação da Doutrina de Segurança Nacional, um dos pilares do regime militar instalado em 1964.

Os planejadores

A criação da Cepal, em 1948, incentivava o nacionalismo bem como o planejamento econômico, elementos de um amplo debate sobre as condições de desenvolvimento da América Latina.

A Cepal, órgão regional da ONU, tinha por objetivo desenvolver estudos e formular orientações para a superação da dependência econômica. Suas análises baseavam-se no "dualismo".

Segundo os cepalinos, a economia dos países subdesenvolvidos era dividida em dois setores, opostos por suas características: o rural, estagnado e atrasado, e o industrial, dinâmico e moderno. Para eles, a situação de desenvolvimento existente na América era fruto da dependência dos países periféricos ao centro do sistema capitalista, ou seja, enquanto formação social e econômica específica, o subdesenvolvimento se mantinha em consequência da subordinação aos países capitalistas desenvolvidos. A superação da dependência deveria sustentar-se na industrialização acompanhada de outras transformações na estrutura econômica, sendo a principal delas a reforma agrária.

As propostas da Cepal refletiram-se nos programas de governo, na formação de geração de economistas, e influenciaram vários setores do pensamento brasileiro durante os anos 50 e 60. Da perspectiva dos comunistas, as análises da Cepal reforçavam a justeza da luta anti-imperialista. Para os nacionalistas, as proposta cepalinas fundamentaram as convicções industrialistas e de intervenção do Estado na economia.

Desde os anos 30, quando se verificara um avanço significativo da indústria

brasileira, através da "substituição de importações", o Estado passara a intervir na economia, regulando a acumulação de capital e investindo nos setores básico com empresas próprias,

A partir da década de 1950, como demonstram os projeto da Petrobrás e da Eletrobrás, elaborados pela Assessoria Econômica de Vargas, o Estado incorporou a preocupação de um grupo de políticos, empresários e militares nacionalistas com o planejamento econômico.

A utilização do pensamento tecnocrático era vista como uma forma de fortalecer o controle estatal sobre as decisões político-econômicas, sem o que seria inviável o desenvolvimento do capitalismo nacional.

Novos pensares

Ao longo dos anos 50, o movimento de repensar o Brasil colaborou no aprimoramento de vários ramos do conhecimento, especialmente os relacionados às Ciências Sociais. Obras como as de Gilberto Freire (*Sobrados e mocambos*, 1957), Raimundo Faoro (*Os donos do poder*, 1959) e Sérgio Buarque de Holanda (*Visão do Paraíso*, 1959) reexplicaram aspectos importantes da formação brasileira. Temas da perspectiva inovadora, por um grupo de pesquisadores coordenados por Florestan Fernandes. O Brasil também foi reexplicado por vários estudiosos estrangeiros como Lévi-Strauss e Roger Bastide.

No campo das letras, foram publicadas várias obras que resultaram na melhor compreensão da literatura brasileira em relação ao contexto social de sua produção. Entre elas a de Tristão de Athayde (*Introdução à Literatura Brasileira*, 1956) e a de Antonio Candido de Melo e Souza (*Formação da Literatura Brasileira*, 1959).

Um fato literário de importância foi o romance *Grande sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, lançado em 1956, no qual foi revelado o sentido universal contido

nas temáticas regionais brasileiras.

Na poesia, o concretismo – cujo marco é *"Manifesto Concretista"*, publicado no *Jornal do Brasil*, em 1957 – surge como uma proposta de renovação. Seus líderes foram Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari. Utilizando palavras relacionadas horizontal e verticalmente no espaço do papel, como nos diz Augusto de Campos:

> A poesia concreta propõe um novo sentido de estrutura, capaz de, no momento histórico, captar, sem desgaste ou regressão, o cerne da experiência humana poetizável.

A nova forma poética provocou críticas, em especial dos setores politicamente engajados, para os quais ela era apenas um exercício da forma pela forma. O comprometimento do concretismo com as vanguardas internacionais – obras de Joyce, Maiakovski e Ezra Pound foram por eles traduzidas e analisadas – era um dos alvos preferidos dos críticos, que o viam como oposto à construção da cultura nacional.

Na década de 1960, os concretistas terão grande influência na "tropicália", tanto na definição conceitual do movimento como na produção de compositores, como Caetano Veloso.

A diversidade de propostas e de opiniões criou um clima de debate intelectual, presente em algumas revistas lançadas durante a década de 1950. Entre elas, a *Anhembi*, de tendência liberal, dirigida por Paulo Duarte, tratava de temas culturais. Para ela, entre outros, escreveram Sérgio Milliet, Érico Veríssimo e Roger Bastide.

Para a esquerda, a *Revista Brasiliense*, de 1955, dirigida por Caio Prado Júnior, teve papel de importância. Através dela, embora mantendo uma perspectiva nacionalista, Caio Prado Júnior iniciou a contestação das interpretações de Nelson Werneck Sodré, historiador ligado ao ISEB, sobre um dos temas políticos mais discutidos na época, o caráter da revolução brasileira.

Abstrações?

Na segunda metade da década de 1940, por iniciativa de alguns mecenas, tinham sido fundados museus cuja importância no desenvolvimento das artes brasileiras é incontestável. São exemplos o MASP (Museu de Arte de São Paulo) e o MAM (Museu de Arte Moderna), criados, respectivamente, por Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo Sobrinho.

Matarazzo é também responsável pelo início da Bienal Internacional de Artes Plásticas de São Paulo, em 1951, realizada com a assessoria de Lourival Gomes Machado e Sérgio Millet. Apresentando as mais novas tendências internacionais, em especial a abstracionista. Artistas plásticos ligados a esta tendência, juntamente com músicos e poetas, criaram o concretismo, que teve na Exposição Nacional de Arte Concretista, realizada em 1957 no MAM, em São Paulo, um marco importante.

Na década de 1950, o mercado de arte se organizou. A arte passou a ser valorizada como mercadoria e nas grandes cidades cresceu o número de galerias e de *marchands*.

Em cena, outras personagens

Do ponto de vista das artes cênicas, o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), empresa teatral criada em 1948 por Franco Zampari, destacou-se pela qualidade técnica e artística de suas montagens. Embora apontado como distante das raízes brasileiras e conservador, o TBC foi responsável pela formação de muitos atores, estrangeiros e nacionais, e aperfeiçoaram encenações.

A nacionalização do teatro brasileiro inicia-se com *A moratória*, de Jorge de Andrade, montada pelo Teatro Maria Della Costa, em 1955, que retratava a decadência da aristocracia brasileira.

A abordagem de problemas sociais brasileiros no teatro será levada ao ponto máximo com o Teatro de Arena, em especial durante a década de 1960. O Arena foi formado por alunos da EAD (Escola de Arte Dramática), de São Paulo, em 1953. Dois anos depois instalou-se em sala própria, idealizada para apresentações sem cenários, em um palco circular, em torno do qual se reunia o público.

Em 1958, com uma experiência de debates, de encenações e de manutenção cooperativa, do grupo, o Arena encenou *Eles não usam black-tie*, de autoria de seu principal ator, Gianfrancesco Guarnieri. A peça mostrava pela primeira vez no palco o dilema de um operário consciente.

O Arena foi responsável pela divulgação do teatro como arma política. Nesse aspecto exerceu importante papel o Seminário de Dramaturgia, iniciado por Augusto Boal.

O Seminário pretendia aprofundas as discussões estéticas do período e examinar textos de novos autores. Durou cerca de dois anos, com reuniões semanais. Por eles passaram não apenas pessoas relacionadas com o meio teatral, mas também com o cinema e outras manifestações de arte.

Ainda em 1958, foi fundado em São Paulo o grupo Oficina, liderado por José Celso Martinez Correa, também responsável por esta revolução do teatro brasileiro.

Paralelamente a essas experiências, processou-se a renovação do teatro infantil, encabeçada por Maria Clara Machado, no Teatro Tablado, no Rio de Janeiro, e nos *Cadernos do Teatro*, publicação mensal destinada a grupos amadores.

A multiplicação de grupos amadores e as apresentações fora do recinto dos teatros – em escolas, praças públicas e onde quer que houvesse público – demonstram que esta foi uma fase de grande popularização do teatro.

Nesse sentido, foi notável o trabalho do Teatro Universitário de Pernambuco, do Teatro de Adolescentes do Recife e do Teatro Popular do Nordeste, este organizado por Hermilo Borba Filho, que estreou com a peça de Ariano Suassuna, *A pena e a lei*, na qual a crítica social aparece sob o prisma dos católicos.

No ar, novos sons

Ao longo dos anos 50 conviveram no campo da música popular vários gêneros, entre os quais a marcha, a marchinha, os sambas carnavalescos, o samba-enredo, o baião e o samba-canção, todos bastante difundidos pelo rádio.

Entre os sambas merecem especial destaque os de "dor-de-cotovelo" e "fossa", tão bem representados nas composições de Lupicínio Rodrigues, Dolores Duran, Antônio Maria e Maysa.

O marco moderno da música popular brasileira – do qual Jonnhy Alf foi precursor, lançando um LP pioneiro com Garoto e Luiz Bonfá em 1952 – foi a bossa nova.

Enquanto movimento, a bossa nova correspondeu à modernização brasileira dos anos 50. Seu início pode ser pontuado pelo LP *Canção do amor demais*, de 1958, no qual um violinista, João Gilberto, dono de estranha "batida", acompanhou Elisete Cardoso no "*Chega de saudade*", música de um compositor de formação erudita, Antônio Carlos Jobim, e de um poeta, Vinícius de Marais.

Neste mesmo ano, João Gilberto lançou "*Desafinado*", música que se tornou o hino da bossa nova. O novo ritmo obteve sucesso junto ao público jovem, principalmente, universitários que, depois de apresentarem suas composições no Festival do Samba Moderno, organizado na Faculdade de Arquitetura do Rio de Janeiro, juntaram-se aos profissionais.

Os nacionalistas mais radicais procuraram desclassificar a bossa nova enquanto manifestação musical brasileira e popular. Para isso, apresentavam-na como "modismo" e apontavam as influências do *jazz* e da música erudita, presentes na melodia e na harmonia, bem como o seu caráter de manifestação promovida por um grupo social afastado das "raízes brasileiras", a pequena burguesia da zona sul carioca

3

Refazendo o Brasil

A industrialização realizada durante os anos 50 trouxe consigo a modernização do Brasil.

Modernização dos homens, tornando-os cada vez mais urbanos. Modernização de seus pensamentos e hábitos, tornando-os consumistas. Modernização do modo de vida, das cidades, da arquitetura, das artes, da técnica, da ciência.

A partir da segunda metade da década, a expansão industrial passou a se refletir na estrutura populacional. A possibilidade de melhores condições de vida atraía as populações rurais – em especial as do Nordeste, fustigado pelas secas de 1956 e 1958 – para as cidades. Em 1950, 36% dos brasileiros viviam nas cidades. Dez anos depois, o índice é de 45%, correspondendo a 38,5 milhões de pessoas.[1]

As cidades

Os centros urbanos começaram a "inchar" e a transformar sua feição. Antigos bairros se descaracterizaram e mudaram de função. Antigos moradores cederam espaço para migrantes recém-chegados; residências unifamiliares tornaram-se habitações coletivas. Edifícios, antes referenciais da cidade, foram destruídos e substituídos por centros comerciais.

As favelas e os bairros de periferia brotaram na mesma intensidade que novos bairros de classe média e de "grã-finos", refletindo no espaço físico a distinção entre

1 Todos os dados referentes à população, citados neste trabalho, são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

os grupos sociais e desafiando as metas dos técnicos em planejamento urbano que, através de planos diretores, tentavam disciplinar a ocupação do solo.

As principais cidades brasileiras eram, ainda, as capitais de estados. Em Curitiba, a população de cerca de 139 mil habitantes em 1950 aumentará para 361 mil dez anos depois. Porto Alegre, importante polo industrial do Rio Grande do Sul, em 1950 tinha 29 mil operários para uma população de pouco mais de 500 mil habitantes. Belo Horizonte era, nesta época, o exemplo de cidade planejada e começava a tomar ares de metrópole, a partir da união com cidades vizinhas, formando a Grande Belo Horizonte.

As duas maiores cidades do País eram Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio, até 1960 capital da República, era uma cidade administrativa e turística. Em 1950, contava com 2,3 milhões de habitantes, sendo 60 mil funcionários públicos. Centro das decisões políticas e econômicas, aí estavam instaladas as sedes de bancos e de companhias nacionais e estrangeiras.

São Paulo na década de 1950 reforçou sua posição de "maior parque industrial da América Latina". Novas indústrias instalaram-se ao longo de modernas estradas de rodagem, principalmente da Via Anchieta e da Via Dutra, e com as já instaladas ao longo das ferrovias, em períodos anteriores, formaram um cinturão industrial em torno da cidade.

Em 1950, nela habitavam 2,2 milhões de pessoas, das quais quase metade era de migrantes, mineiros e nordestinos que, juntamente com um milhão de estrangeiros e seus descendentes, tornavam a cidade uma mostra de múltiplas culturas que imprimiam características próprias a vários bairros.

Um palco privilegiado

A concentração de multidões nos grandes centros urbanos tornou-os palcos privilegiados da manifestação dos conflitos sociais, que se agravaram com o rápido desenvolvimento alcançado pelo capitalismo no Brasil, durante a década de 1950.

Embora as condições de vida decorrentes da expansão desordenada das cidades – da qual resultam a precária infra-estrutura dos bairros periféricos e a carência de moradia e transporte – tenham se tornado objeto específico dos movimentos populares apenas na década de 1970, já estavam indiretamente presentes nas reivindicações por melhores salários e contra a carestia que, durante os anos 50, resultaram em greves e protestos públicos que ocuparam as praças e ruas dos centros industriais do País.

Além do movimento de trabalhadores, adquiriram maior organicidade os de alguns dos setores da população urbana. É o caso do movimento negro, que, em 1950, realizou o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, e criou o Conselho Nacional das Mulheres Negras.

Durante toda a década multiplicaram-se, em várias cidades, jornais específicos que discutiam as dificuldades encontradas pelos negros em um País que tinha de si mesmo a imagem de ser uma democracia racial. No entanto, até 1951, quando aprovada a Lei Afonso Arinos, que classifica como contravenção penas a discriminação de cor, raça e religião, eram frequentes as perseguições à prática dos cultos de origem africana.

Um modo de vida moderno

Durante os anos 50, o modo de vida dos moradores dos grandes centros urbanos mudou, adaptando-se a um ritmo cada vez mais acelerado.

Para a classe média, o carro, fiador da liberdade de ir e vir e símbolo do progresso, passou a ser visto como indispensável para vencer as distâncias das cidades que se agigantavam.

As senhoras que antes iam ao centro fazer comprar – das quais fazia parte uma pausa para o repousante chá da tarde em elegantes salões, como o do Mappin, em

São Paulo – foram substituindo este hábito pelo do "pulinho" rápido ao comércio do bairro que, cada vez mais, se diversificava e ampliava, oferecendo facilidade de estacionamento.

Aos poucos, os centros das cidades foram deixando de ser ponto de convergência da população e local obrigatório de chegada e partida dos transportes coletivos. Os ônibus interbairros se multiplicaram ao mesmo tempo em que as cidades se atomizaram e as pessoas passaram a ter como referência "o mundo" de seu bairro.

Gradativamente, as senhoras trocaram o "papinho" matinal com o dono do armazém ou da quitanda pela impessoalidade, eficiência e rapidez oferecidas pelos supermercados que, em São Paulo, começaram a ser instalados em 1953.

Entre as camadas altas e médias da população urbana assiste-se a uma padronização do consumo provocada pela expansão da propaganda, instrumento básico para a ampliação do comércio e da produção. Fio sintético, alimentos enlatados, eletrodomésticos e utensílios saltavam das coloridas páginas das revistas semanais, criando novos hábitos e despertando necessidades.

Esta é a época em que o avanço dos meios de comunicação de massa – imprensa, rádio, TV e cinema – marca o início da indústria cultural no Brasil. Seu poder homogeneizador, embora bastante forte, não pode ser tomado como absoluto. A padronização dos hábitos, do consumo e dos comportamentos atinge apenas parcela da população, em parte devido ao baixo padrão de vida do brasileiro. Nossa cultura, até hoje, continua imensamente diferenciada e marcada por conflitos de classe e por desníveis regionais.

Cada vez mais as mulheres foram obrigadas a igualar-se aos homens buscando trabalho "fora". Em 1960, a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho era de 16,5% sobre o total da população feminina do País, com 14,7% do início da década anterior.

A imprensa

A imprensa brasileira nos anos 50 completa as transformações já em curso durante a década anterior.

O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigiu adaptações que tornassem o jornal um veículo dinâmico para a notícia e para a propaganda. Em função disto, modernizam-se a impressão, o aspecto gráfico, as técnicas de redação, e lançam-se suplementos semanais.

As redações passaram a ser ocupadas por pessoal especializado, saído dos cursos de jornalismo criados no Rio e em São Paulo, no final da década de 1940. Com eles vieram as técnicas de jornalismo americano que, gradativamente, suplantaram a tradição francesa da imprensa brasileira.

Em uma época de renovação como foi a década de 1950, os órgãos de imprensa abraçavam causas e campanhas. A polêmica entre "nacionalistas" e "entreguistas" foi sustentada pela *Última Hora* e pela *Tribuna da Imprensa*. Questões ecológicas, como a da preservação de reservas florestais, que começavam a preocupar o público e autoridades, ocupavam as páginas da *Folha da Manhã*, recém-lançada em São Paulo.

Embora assumindo cada vez mais um papel significativo, devido à rápida expansão urbana, os jornais não atingiam circulação nacional. Entre as revistas semanais, apenas *O Cruzeiro*, fundada em 1928, e a *Manchete*, lançada em 1952, alcançavam todo o País.

Na década de 1950 começou a aparecer nas bancas de jornal, então em franca expansão, um grande número de publicações dedicadas ao consumo em larga escala; entre elas, inúmeras histórias em quadrinhos, revistas especializadas em rádio, TV e cinema, além de outras direcionadas especialmente para o público feminino.

O rádio

Em 1950 havia no Brasil 243 emissoras de rádio, concentradas nas capitais. Algumas, como a Nacional do Rio de Janeiro, tinham audiência em todo o País. Até meados dos anos 50, ele foi o meio de comunicação privilegiado, um vendedor de produtos, de opinião e de ilusões.

Através de suas ondas chegavam aos lares as propagandas mais variadas, dos produtos de limpeza aos de beleza, das casas comerciais aos medicamentos. Chegavam também as notícias, a música orquestral e os sucessos nacionais, latino-americanos, italianos e franceses.

As novelas e os radioteatros tinham a preferência do público feminino e dos anunciadores. Pela elevada audiência, contribuíam enormemente para a renda das emissoras com a propaganda. As vozes dos atores e atrizes eram tão presentes no cotidiano que podiam ser identificadas depois da primeira palavra pronunciada.

Os horários noturnos eram repartidos entre repórteres, cantores e humoristas, estes fazendo sátira social e política. Nas tardes de domingo predominavam as vozes dos locutores de esportes, narrando "lances emocionantes" das partidas de futebol.

O traço mais característico do rádio foram os programas de auditório. Neles eram lançadas gravações de sucesso, realizavam-se sorteios, narravam-se vidas e apresentavam-se "calouros", cantores amadores que, não poucas vezes, tornaram-se grandes astros.

Semanalmente, a quase totalidade dos 3,5 milhões de receptores existentes, no Brasil em 1951, sintonizava o programa César de Alencar, um dos mais populares. Nele, a cada ano era eleita, pelo "fã-clube" – agremiação de admiradores de um artista –, que conseguisse vender maior número de votos, uma "Rainha do Rádio". Poderíamos citar, como exemplo, as eleições de Emilinha Borba e Marlene, marcadas por acirradas disputas, que serviam para uma divulgação cada vez maior de seus nomes.

Os programas de auditório, as atividades dos "fã-clubes" e a postura dos artistas espelhavam uma época em que a tecnologia e a mídia ainda não haviam se interposto entre os ídolos e seu público, estabelecendo distâncias e mitificando atividades.

A televisão

A TV no Brasil começou em setembro de 1950, por iniciativa de Assis Chateaubriand, proprietário de uma cadeia de rádios e jornais, os *Diários Associados*. A TV Tupi, canal 3 de São Paulo, foi instalada no edifício das rádios Tupi e Difusora, no alto do Sumaré,

O primeiro programa da Tupi teve um tom didático. O apresentador mostrava exemplos e explicava a um público restrito as possibilidades e o lazer confortável oferecido por este produto do moderno avanço técnico.

Nos primeiros tempos, a improvisação – meio pelo qual se contornavam as deficiências do investimento capitalista no nascente ramo da indústria cultural – foi uma das características da TV. A primeira transmissão direta de uma cidade para outra foi possível graças à inventividade de um técnico da Tupi, que improvisou antenas utilizando telas de arame de galinheiro! Tratava-se do jogo Brasil e Itália, realizado no Maracanã, no Rio de Janeiro, e assistido pelos paulistas, em 1956.

As transmissões e mesmo a propaganda eram ao vivo. O videoteipe, recurso que abriu imensas possibilidades cênicas para a TV, foi usado pela primeira vez no canal 13, TV Rio, em meados da década, no programa de Chico Anísio. Até então, as eventuais falhas de apresentadores e atores não podiam ser corrigidas. Muitas vezes os espectadores eram surpreendidos com gestos e risos causados por situações no estúdio.

A propaganda na TV, no início dos anos 50, era mais barata do que no rádio ou nas revistas, devido a seu pequeno alcance. Em 1951 existiam em São Paulo 375

televisores. O preço do aparelho era elevado e só acessível a pessoas de posse. As garotas-propaganda, peças-chave dos anúncios, criaram estilos próprios e acabaram por se tornar símbolos dos produtos anunciados.

A programação de TV era apenas noturna e variava entre programas infantis, de humor, noticiários, teleteatros e novelas, a primeira das quais foi apresentada pela TV Paulista, canal 5, em 1952. Alguns programas, como *TV de Vanguarda*, *Praça da Alegria* e *O Céu é o L imite*, tornaram-se referenciais na memória dos telespectadores.

Até o final da década de 1950, foram instaladas emissoras de TV nas principais capitais brasileiras. Em São Paulo, além da Tupi, inaugurou-se a TV Paulista (1952), a Record (1953) e a Cultura (1958). No Rio de Janeiro a primeira estação foi a TV Tupi, de 1951, e, dois anos depois, iniciaram-se as transmissões da TV Rio. As emissoras de Curitiba e Belo Horizonte foram inauguradas em 1952; e, na segunda metade da década, as do Recife e de Porto Algre.

A imagem, com sua mágica e linguagem próprias, começara a invadir os lares, vendendo produtos, divulgando modismos, "levando" cultura e encurtando as conversas da família após o jantar.

O cinema

A tentativa de o cinema brasileiro firmar-se industrialmente data do final da década de 1940, quando foram criadas algumas companhias cinematográficas, entre as quais, destacaram-se a Atlântida, no Rio de Janeiro, e a Vera Cruz, em São Paulo.

A Atlântida produziu dezenas de chanchadas, gênero que misturava musical e comédia em um enredo simples. As mais famosas foram estreladas por Oscarito e Grande Otelo.

A Vera Cruz nasceu da iniciativa de Francisco Matarazzo e Franco Zampari, também responsáveis por outros empreendimentos culturais da década. O mercado

cinematográfico não sofria ainda a concorrência da TV. Em 1950 passaram pelas quase 2,5 mil salas de exibição brasileiras cerca de 181 milhões de espectadores.

A Vera Cruz contratou técnicos estrangeiros, fez retornar ao Brasil o cineasta Alberto Cavalcanti para assumir sua diretoria, e aproveitou diretores do Teatro Brasileiro de Comédia. Dispondo de bem equipados e espaçosos estúdios, pretendia produzir um cinema de alta categoria técnica e artística. A produção mais conhecida da Vera Cruz foi *O cangaceiro*, filme dirigido por Lima Barreto, que em 1953 recebeu prêmios em Cannes e Veneza.

Em 1954, após realizar 22 filmes e enfrentar sérios problemas de distribuição, a Vera Cruz encerrou suas atividades. Outras companhias, como a Maristela, a Multifilmes e a Kino Filmes, também criadas nos anos 50, tiveram curta duração.

O primeiro sintoma de uma nova tendência do cinema no Brasil foi *Agulha no palheiro*, de Alex Viany, em 1953. Em 1955 ela se tornou mais clara com a estréia de *Rio, 40 graus*, de Nélson Pereira dos Santos. Este filme, influenciado pelo neo-realismo italiano, foi o início do questionamento que, sob influência do debate político e das idéias nacionalistas, uma geração de cineastas fará sobre a produção cultural no Brasil. Em 1957, Nélson Pereira dos Santos retoma o tema social em *Rio, zona norte*.

Um ano depois, em São Paulo, Roberto Santos, seguindo as pegadas de Nélson, dirigiu *O grande momento*, marcando definitivamente a presença da temática social urbana no cinema brasileiro.

Nesta época, sob a mesma orientação, novos diretores começaram a produzir documentários, como *Arraial do cabo*, de Paulo César Sarraceni, e curtas, entre os quais *Couro de gato*, de Joaquim Pedro Andrade, e *O Pátio*, com o qual o crítico cinematográfico baiano, Glauber Rocha, iniciou a carreira de maior expoente do movimento que nascia, o Cinema Novo.

4

Governando o Brasil

O período da história brasileira que vai de 1945 a 1964 é comumente classificado como de "experiência democrática". Isso se deve ao retorno à normalidade institucional conseguida com a Constituição de 1946, elaborada durante o governo Dutra (1946-50).

É interessante notar, contudo, que os marcos cronológicos da "experiência democrática" referem-se a dois golpes políticos. O primeiro depôs Vargas, que durante um "curto período" de 15 anos se mantivera no poder; o segundo voltou-se contra João Goulart, seu herdeiro político. Ambos haviam se destacado como chefes de governos populistas.

O Brasil apresenta semelhanças com outros países da América Latina – por exemplo, Argentina e México – em seus processos políticos, classificados pelos cientistas sociais como manifestações específicas de um mesmo fenômeno, o populismo.[2]

Historicamente o populismo latino-americano situa-se no contexto do avanço da industrialização nos países capitalistas dependentes, o que vinha ocorrendo desde as duas primeiras décadas do século XX e se intensificou depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, em fase de avançada monopolização, o capital internacional passou a fazer investimentos diretos em países em industrialização, o que implicou o estreitamente de suas relações com o Estado e a burguesia locais.

---

2 O populismo foi muito estudado durante as décadas de 1960 e 1970. Entre os principais estudiosos estão: Weffort Francisco C.; Ianni Octavio.[*A formação do Estado populista na América Latina.* São Paulo: Ática, 1989] que orientou a caracterização de populismo aqui adotada.

O Estado desempenhou papel decisivo no desenvolvimento industrial, aplicando em setores básicos da economia, executando obras de infraestrutura e promovendo medidas fiscais e tributárias que favoreciam os investidores.

Embora contemplando os interesses econômicos do segmento industrial da burguesia, no campo político o Estado, denominado populista, colocava-se como representando de todas as classes, indistintamente. Sua sustentação, porém, dependia do equilíbrio de forças heterogêneas – os diversos segmentos burgueses representados na burocracia civil e militar, e os trabalhadores, especialmente, do operariado.

Utilizando categorias genéricas e homogeneizantes, como "povo" e "nação", os governantes populistas apregoavam a harmonia entre as classes e a paz social como condições necessárias ao bem-estar geral. Tal discurso − aliado ao nacionalismo e a uma estrutura sindical subordinada ao Estado e à ação de dirigentes sindicais "pelegos" – conseguia conter as reivindicações dos trabalhadores, orientando-as para reformas constitucionais e campanhas nas quais os antagonismos com os interesses da burguesia acabavam sendo dissolvidos.

Desse modo, com pequenas concessões ocasionais aos trabalhadores, foi possível manter o equilíbrio que garantia a estabilidade do Estado populista.

Em vários momentos, como no Brasil do segundo governo Vargas, o populismo sofreria abalos decorrentes de uma definição mais precisa dos interesses de classe. A burguesia, então considerada "nacional", gradativamente mostrou seu comprometimento com o capital internacional. Por outro lado, cresciam as reivindicações das classes trabalhadoras.

As articulações intersindicais, que tentavam burlar a rígida estrutura controlada pelo Estado, e a crescente pressão social, traduzida em diversos movimentos grevistas, tiveram papel fundamental no rompimento do equilíbrio político populista. Ele aconteceu quando as reivindicações abalaram o ritmo de

acumulação do capital. Aí então, em nome da ordem e da hierarquia, articulou-se o golpe de 1964, que encerrou um longo período no qual o populismo definia as relações burguesas no País.

Getúlio Vargas

"Eu voltarei"[3]

Nos últimos meses de 1950, a maioria das emissoras de rádio do Brasil tocava seguidamente uma marchinha que se tornou o maior sucesso do carnaval do ano seguinte. Cantada pelo inconfundível "Rei da Voz", saudava o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República:

> Bota o retrato do Velho
> Outra vez
> Bota no mesmo lugar
> O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar.[4]

Após sua deposição em 1945, Vargas manteve-se afastado da política nacional até fevereiro de 1950, quando concedeu uma entrevista a Samuel Wainer, publicada nos jornais dos *Diários Associados*. Nela, Getúlio, após apontar vários candidatos à sucessão de Dutra, declarou sua disposição: "Eu voltarei".

Em abril do mesmo ano, em São Borja, durante os festejos de seu aniversário, João Goulart, um de seus mais jovens correligionários, pronunciou um discurso no qual propunha a candidatura de Vargas.

---

3 Os títulos foram extraídos de pronunciamentos de Getúlio Vargas, que caracterizam, com propriedade, o discurso populista.
4 MARINO PINTO E HAROLDO LOBO. *Retrato do velho.* Gravada por Francisco Alves em 1950.

Apoiado por um grupo de militares, pelo PTB, do qual era líder máximo, e pelo PSP (Partido Social Progressista) – chefiado por um de seus mais ferrenhos adversários, Ademar Barros, então governador do Estado de São Paulo –, Getúlio elegeu-se em 3 de outubro de 1950, com 48,7% dos votos nacionais.

Esta inesperada aliança baseava-se na concessão de alguns ministérios e da Vice-Presidência a homens do PSP e, no futuro, no apoio de Vargas à candidatura de Ademar de Barros à Presidência da República.

Concorreram com Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN (União Democrática Nacional), e Cristiano Machado, candidato do PSD (Partido Social Democrático), que contava com o apoio de Dutra. Ambos obtiveram pequena porcentagem de votos, respectivamente, 29,7% e 21,5% do total.

Na Câmara, porém, vencera a oposição a Vargas. Das 304 cadeiras, a maioria coube ao PSD (112), seguido pela UDN (81), pelo PTB (51) e pelo PSP (24). As restantes ficaram divididas entre os pequenos partidos.

Ao receber a faixa presidencial, em janeiro de 1951, Vargas já enfrentava a forte oposição que marcaria seu governo até 1954. A UDN tentara impedir sua posse, alegando a exigência constitucional de maioria absoluta de votos. Este argumento, endossado por uma parcela do Exército, criou um mal-estar que acirraria as disputas já presentes no interior da corporação.

"...o povo subirá comigo as escadas do Catete"

A frase, em subtítulo, dita por Vargas em um dos inúmeros comícios de sua campanha eleitoral, talvez traduzisse seus desejos. Porém, mais que o povo, a oposição e os compromissos políticos acompanharam o Presidente ao palácio.

Comprometido com o PSP – e mesmo com o PSD, do qual recebera apoio em vários estados –, Vargas compôs seu Ministério com representantes de todos os

partidos, inclusive da UDN, que em Pernambuco o apoiara. A esta coube a pasta da Agricultura, na pessoa de João Cleofas.

Ao PSD foram dadas as pastas das Relações Exteriores, da Fazenda, da Educação e da Justiça. O PSP ficou com o Ministério da Viação e Obras Públicas e o PTB com o Ministério do Trabalho. Nos ministérios militares, destacou-se a figura de Newton Estillac Leal, da Guerra.

Três entre os vários ministérios tinham importância crucial para a manutenção do rumo político que Vargas pretendia imprimir ao governo. O da Fazenda, garantidor de uma política cambial favorável à industrialização; o do Trabalho, através do qual poderia garantir uma política salarial e uma proximidade com as organizações sindicais que lhe facilitasse o apoio dos trabalhadores, e o da Guerra, com o qual buscava firmar sua posição dentro do Exército.

Nessa época, o Clube Militar era espaço de discussão privilegiado pela corporação. Os temas de maior controvérsia nos anos 1951-52 eram o da participação do capital estrangeiro no Brasil, em especial nos setores de exploração do petróleo e dos minérios, e o do posicionamento do Brasil na Guerra fria, o que implicava a participação de tropas brasileiras na Guerra da Coréia.

As facções em confronto não era monolíticas, abrigando nuanças dentro de um mesmo campo de opiniões. Entre os nacionalistas, havia os "radicais", que compartilhavam com o Partido Comunista alguns pontos de vista relativos à posição dos blocos americano e soviético, no plano internacional, e pregavam a neutralidade do Brasil na questão da Guerra da Coréia.

Havia ainda os nacionalistas "moderados", força que em 1950 vencera as eleições para a diretoria do Clube Militar. Estillac Leal e Horta Barbosa eram seus representantes e defensores da "vigilância rigorosa" sobre os recursos naturais e a soberania do País.

Ao escolher Estillac Leal para ministro da Guerra, Vargas procurou, ao mesmo tempo, prestigiar e apoiar-se nos nacionalistas moderados. Em março de 1952, porém,

Estillac Leal não suportou mais as pressões e, após ser acusado de incompetência por não manter a disciplina entre a oficialidade e por não prover a melhoria dos salários e dos equipamentos do Exército, demitiu-se. Em seu lugar, Vargas nomeou Ciro do Espírito Santo Cardoso, também nacionalista.

Ainda em 1952, Estillac e Horta voltaram a candidatar-se para a diretoria do Clube Militar, mas foram fragorosamente derrotados pelos candidatos da Cruzada Democrática, Alcides Etchegoyen e Nélson de Melo. Os vencedores, da linha "entreguista", repudiavam o nacionalismo de esquerda e defendiam o que chamavam de "nacionalismo racional", isto é, a aceitação do capital estrangeiro – mantido o monopólio estatal do petróleo – e da liderança americana na Guerra fria.

A derrota dos nacionalistas no Clube Militar demonstrou que Vargas, pouco mais de um ano governando o Brasil, já não contava com o apoio da maioria da oficialidade do Exército. Seu espaço de negociação política se estreitava, pois vários grupos civis, liderados pela UDN, de há muito ofereciam-lhe oposição declarada.

"Lutei contra a espoliação do povo"

No programa de governo enviado ao Congresso em março de 1951, Vargas propunha a expansão industrial e o aumento da intervenção do Estado na economia. Preconizava também o crescimento da produção dos bens de consumo, o alargamento do mercado interno e a elevação da renda nacional.

Dessa forma, ele buscava modernizar o Brasil dotando-o de estruturas compatíveis com as condições do desenvolvimento capitalista do pós-guerra. A concretização deste programa enfrentaria sérios problemas, como a relação entre os partidos políticos e as tensões sociais resultantes do crescimento da indústria, do setor de serviços e dos centros urbanos. No plano internacional enfrentaria as

dificuldades da redefinição das relações com os Estados Unidos, diante de vários compromissos já assumidos pelo governo Dutra, condicionados pela Guerra fria.

Havia, ainda, os problemas de ordem propriamente econômica, como a alta taxa de inflação – 11,6% em 1952 –, a insuficiência de energia e transportes e o equilíbrio do balanço de pagamentos, desgastado pela importação de alimentos, combustíveis e metais laminados.

Na prática, a condução da política de desenvolvimento proposta por Vargas sofreu orientações e pressões que refletiam a diversidade de interesses dos diferentes segmentos da burguesia representados no governo.

As principais metas econômicas de Vargas foram agrupadas no Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, Plano Lafer, apresentado em 1951, pelo ministro da Fazenda.

O Plano compunha-se de vários projetos de criação de novas fontes de energia, ampliação da indústria de base, da rede de transportes, dos serviços portuários e de introdução de técnicas avançadas de agricultura.

Uma parte do financiamento para a execução do Plano viria dos Estados Unidos. Outra, de recursos internos do Fundo de Reaparelhamento Econômico, constituído por um adicional de 15% sobre o Importo de Renda.

O Plano Lafer desenvolveu-se parcialmente, uma vez que os recursos nacionais eram parcos e o financiamento americano foi suspenso após a posse de Eisenhower na Presidência dos Estados Unidos, em 1953. Além da nova orientação econômica do governo americano, medidas como a criação da Petrobrás e a manutenção do preço do café brasileiro no mercado internacional acabaram por se constituir em obstáculos para a retomada das negociações.

A orientação nacionalista dos planos de governo foi desenvolvida pela Assessoria Econômica, órgão de planejamento criado por Getúlio, diretamente ligado à Secretaria da Presidência.

A ação planejada exigiu a criação de novos órgãos que possibilitassem a eficácia das medidas econômicas. Datam de então o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), cuja função era o financiamento do programa de crescimento e modernização da infraestrutura do País, e o BNCC (Bando Nacional de Crédito Cooperativo), encarregado do incentivo à cultura de subsistência de médios e pequenos produtores.

Vargas criou órgãos de desenvolvimento regional, como a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – que em 1966 passou a se chamar SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) –, e outros, responsáveis por propostas para um setor específico da economia, como o CNPA (Conselho Nacional de Política Agrária), de 1952.

"Quis criar a liberdade nacional..."

Os projetos de maior repercussão política preparados pela Assessoria Econômica foram o da Petrobrás e o da Eletrobrás.

O da Eletrobrás, empresa de economia mista atuando no setor da energia, foi proposto à Câmara em 1954 e foi aprovado apenas em 1961, quando, após várias emendas, o projeto deu origem às Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

O processo de criação da Petrobrás foi, talvez, o momento em que se tornou mais evidente o confronto entre os interesses representados nas correntes "nacionalista" e "entreguista" e a inconsistência da representação partidária brasileira. Vários parlamentares, contrariando a orientação de seus partidos, voltaram segundo interesses particulares. Partidos tradicionalmente contrários à intervenção do Estado na economia, como a UDN, apoiaram o monopólio estatal do petróleo.

Em dezembro de 1951, Vargas enviara ao Congresso o projeto de criação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, empresa de economia mista, sob controle

majoritário da União, com 1/10 das ações abertas ao capital estrangeiro. Seu objetivo era "a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo e seus derivados".

A proposta de Vargas não era de monopólio estatal, e contra ela levantaram-se os ânimos dos nacionalistas radicais e de parlamentares favoráveis à participação do setor privado nacional na exploração do petróleo.

Paralelamente aos debates parlamentares, a UNE iniciou uma campanha visando mobilizar a opinião pública, cuja palavra de ordem era: "O petróleo é nosso".

Apoiada por comunistas, militares nacionalistas radicais e mesmo por alguns dirigentes do PTB, a campanha tinha um sentido anti-Getúlio, denunciado publicamente como "aliado do imperialismo".

Depois de quase dois anos de debates, após haver recebido 32 emendas – parte das quais permitia o controle da empresa por capitais privados nacionais e estrangeiros– derrubadas nas votações da Câmara, foi aprovada a redação final do projeto.

Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.), em 3 de outubro de 1953. A empresa, de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, detinha o monopólio de todas as etapas da indústria petrolífera, menos a da distribuição de produtos.

"O que já obtivestes ainda não é tudo"

Durante todo o período Vargas, a disputa entre os interesses da burguesia criou um clima de oposição que, progressivamente, tornou-se insustentável. A imprensa exerceu papel importante na criação e agravamento deste clima. Capitaneados pela *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, os grandes jornais não pouparam críticas ao governo. A seu favor, funcionando como porta-voz, Getúlio tinha apenas a *Última Hora*, fundada em junho de 1951, por Samuel Wainer.

Em grande parte as críticas ultrapassavam o campo econômico e dirigiam-se às relações políticas do Presidente com os nacionalistas e com os trabalhadores.

Vargas, à medida que perdia o apoio dos setores dominantes, buscava o apoio dos trabalhadores adotando medidas de seu interesse, como o controle de preços dos gêneros de primeira necessidade e o aumento do salário mínimo.

Porém, diante das difíceis condições de vida na cidade, da crescente organização e reivindicações dos trabalhadores, estas concessões nada significaram, como bem demonstrou a greve dos 300 mil, 1953.

Do ponto de vista da burguesia, embora Vargas tomasse medidas para conter as manifestações populares, tanto as reivindicações como as concessões acabaram por atingir os limites de tolerância da aliança populista.

Desse modo, a partir de 1953, Vargas não conseguiu o efetivo apoio dos trabalhadores e a burguesia o acusava de conivente com os comunistas e "agitadores".

"Hoje estais com o governo
Amanhã sereis governo"

Em janeiro de 1953, Vargas sancionou a lei sobre os crimes contra o Estado e a ordem política e social, prevendo a punição dos que convocassem comícios ou reuniões a céu aberto, sem a autorização da polícia.

Deste modo, pretendia coibir as manifestações dos trabalhadores urbanos que, pressionados pela crescente defasagem entre salários e custo de vida, realizavam inúmeras greves.

Indiferentes à proibição, entre meados de 1952 e fins de 1953, cerca de 500 mil pessoas participaram da "Panela Vazia", campanha contra o aumento do custo de vida que, no período de um ano, atingira o índice de 43%, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 2 de abril de 1953.

O movimento que maior impacto político causou ao governo Vargas foi a greve dos 300 mil, que eclodiu na capital paulista em março de 1953.

Desde sua preparação, o movimento reivindicatório iniciado pelos têxteis foi classificado de "agitação social" pela Delegacia Regional do Trabalho.

Os operários pretendiam negociar o aumento diretamente com os patrões. O índice exigido era de 60%, julgado excessivo por quase todos os empresários do setor. Assim, as negociações foram suspensas e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil começou a preparar a greve.

Dias depois foram seguidos pelos metalúrgicos. Os dois sindicatos, então sob influência do Partido Comunista e de outros pequenos partidos de esquerda, como o Socialista Brasileiro, inicialmente comandaram o movimento.

Além dos têxteis e dos metalúrgicos, outras categorias – carpinteiros, gráficos, vidreiros, trabalhadores da construção civil, do gás, do telefone, da indústria de calçados e de conservas – aderiram ao movimento. Rapidamente a greve atingiu os municípios industriais em torno da cidade, Osasco, Santo André e São Caetano, e depois outras áreas, como Santos, Sorocaba e Taubaté, somando 300 mil trabalhadores parados em todo o Estado.

Os trabalhadores reivindicavam 50% a 60% de aumento. As ofertas dos patrões variavam entre 20% e 30% e foram sistematicamente recusadas. Depois de um mês de greve, foi aceita a proposta da Justiça do Trabalho, 32% de reajuste, com garantias de que os líderes sindicais presos seriam libertados e os dias de greve não descontados dos salários.

Em nome da "manutenção da lei e da ordem pública", do direito ao trabalho" e da "proteção da propriedade privada", sucederam-se os choques de rua entre as polícias civil e militar e os trabalhadores, deixando feridos e centenas de presos.

A greve dos 300 mil evidenciou a estreiteza dos canais de reivindicação acessíveis aos trabalhadores. A criação de organismos de comando de greve,

independentes do controle das diretorias sindicais, embora significassem maior autonomia de decisão, não conseguiu absorver o potencial de luta da massa trabalhadora. No desenrolar do movimento, várias manifestações públicas escaparam ao comando e se realizaram espontaneamente. Sua criação foi também importante, pois deu origem à união de sindicatos, através de pactos de ação, e, posteriormente, ao Comando Geral dos Trabalhadores, órgão máximo dos trabalhadores durante o governo Goulart.

"Não querem que o povo seja independente."

A greve trouxe sérias consequências políticas para o governo. Os jornais acusavam Vargas de fomentar a desordem para continuar no poder. A oposição udenista, liderada por Lacerda, criou o "Clube da Lanterna", reunindo civis e militares anticomunistas e antigetulistas. Com o objetivo de desmoralizar o Presidente, abre-se um inquérito para apurar a participação de Getúlio e seus familiares na obtenção do financiamento concedido pelo Banco do Brasil para a fundação da *Última Hora*.

A tensão social refletida na greve, as dificuldades econômicas e a crescente oposição obrigaram Vargas a realizar uma reforma ministerial que possibilitasse a reorientação de sua política.

Nos ministérios da Fazenda e da Viação assumiram, respectivamente, Oswaldo Aranha e José Américo de Almeida, ambos pró-americanos, ligados a udenistas e amigos de Getúlio. Ao PSD coube a pasta da Educação e Saúde, com Antônio Balbino, e a da Justiça, com Tancredo Neves. Para a pasta das Relações Exteriores foi nomeado Vincente Rao. Em dezembro, o Ministério da Saúde tornou-se autônomo e para ele foi designado Miguel Couto Filho. O Ministério do Trabalho ficou com João Goulart, presidente nacional do PTB e homem de grande influência no meio sindical.

Logo após sua nomeação, Goulart apoiou a greve nacional dos marítimos e começou a organizar os "pelegos", sindicalistas favoráveis ao governo, de modo a facilitar sua ação populista junto aos sindicatos. Além disso, deu início à formação de sindicatos rurais e garantiu a presença de representantes sindicais nas comissões do Ministério que discutiam o salário mínimo.

Diante disso, a oposição acusou Vargas de nomear Goulart como parte da implantação de uma república sindicalista no Brasil, em moldes argentinos.

Em fevereiro de 1954 veio a público um documento, o "Manifesto dos Coronéis", acusando o governo de negligenciar com as necessidades do Exército, abordando a questão do aumento do salário mínimo e do perigo de subversão dos quadros institucionais da Nação pelos comunistas.

O Manifesto provocou a destituição do ministro da Guerra e de João Goulart, após sua exposição de motivos propondo a majoração de 100% para o salário mínimo.

Dois meses depois, durante as comemorações do 1º de Maio, o próprio Vargas decreta a majoração. A reação da imprensa e das entidades patronais foi violenta. A partir de então, a derrubada do governo passou a ser concretamente tramada. Em junho, Afonso Arinos, líder da oposição parlamentar, solicitou ao Congresso o *impeachment* de Vargas, mas foi derrotado.

Os empregadores, alegando não poder arcar com as despesas, negavam-se a pagar o aumento do salário mínimo decretado. Ameaças de greve e greves alastraram-se pelo País, colocando em guarda a classe dominante. Os trabalhadores não estavam no governo, como afirmara o maior líder do populismo brasileiro.

"E aos que pensam que me derrotaram..,"

No início de agosto de 1954, o "Crime da Rua Toneleros", como ficou conhecido na época, precipitou o fim do governo Vargas.

Chegando à sua residência, Carlos Lacerda sofreu um atentado do qual saiu morto o major-aviador Rubens Florentino Vaz, integrante do grupo de proteção ao jornalista.

Imediatamente o ministro da Justiça assume em um comunicado "perante o País, especialmente a Aeronáutica, o compromisso de quem se empenha, com o maior rigor, em apurar todas as responsabilidades da deplorável ocorrência".

O inquérito, a princípio a cargo da polícia civil, passou a ser realizado pela Aeronáutica, depois de autorizada a instalação de um inquérito policial militar, sediado na Base Aérea do Galeão, reduto da oposição a Vargas. A cada dia, os militares encarregados do IPM (Inquérito Policial Militar) – denominado pela imprensa de "República do Galeão" – lançavam acusações e boatos que tornaram ainda mais vulnerável a posição do Presidente da República, bastante abalada pela participação de elementos de sua guarda pessoal no crime. O mandante, Gregório Fortunato, "O Anjo Negro", acompanhava o Presidente desde a década de 1930 e era chefe do grupo de 83 homens responsáveis por sua segurança. O outro membro da guarda, também envolvido no crime, era Crimério Euribes de Almeida, que contratara o pistoleiro Alcino João do Nascimento.

A primeira manifestação de protesto pela morte de Vaz partiu do Clube da Aeronáutica e dirigia-se a Vargas. Pouco depois, representantes das três armas reuniram-se e sugeriram ao ministro da Guerra que retirasse seu apoio a Getúlio e propusesse sua renúncia.

O afastamento do Presidente foi, reiteradas vezes, solicitado por deputados da oposição na Câmara, especialmente os da "Banda de Música", grupo de bacharéis da UDN, sem que os parlamentares getulistas do PSD e do PTB, atônitos com os últimos acontecimentos, rebatessem seus argumentos de forma eficiente.

Vargas, considerando a legalidade de sua posição na Presidência, recusava-se a aceitar a renúncia ou o afastamento. Também se negou a aceitar o "golpe branco"

insinuado pelo Vice-Presidente Café Filho, de comum acordo com Lacerda, ao propor a renúncia de ambos e a posse interina do presidente da Câmara, Carlos Luz, que convocaria o Congresso para eleger um novo presidente no prazo de 30 dias.

"...saio da vida para entrar na história"

As pressões para o afastamento de Vargas atingiram o auge quando veio a público um abaixo-assinado que corria entre os oficiais da Aeronáutica, Marinha e Exército, conhecido como "Manifesto dos Generais", no qual era exigida a renúncia, numa demonstração clara de que o Presidente não podia contar com o apoio militar de nenhuma de suas armas.

Diante disso, convocou na madrugada de 24 de agosto uma reunião com seus ministros, na qual solicitou que expressassem suas opiniões. Na impossibilidade de um consenso, coube a Vargas decidir. Ele solicitaria licença se os ministros militares se comprometessem a manter a ordem pública.

Terminada a reunião, Getúlio retira-se para seus aposentos e suicida-se com um tiro no coração. Deixou uma carta-testamento dirigida ao povo brasileiro, na qual acusa a oposição e, reafirmando pela última vez sua condição de líder populista, nomeia os esforços que acreditava ter feito pelo povo.

O suicídio de Vargas provocou manifestações populares até hoje inigualadas. Emocionadas, milhares de pessoas saíram às ruas nas principais capitais, declarando seu luto e manifestando repúdio aos "assassinos de Vargas".

No centro do Rio, oradores responsabilizavam a UDN e os americanos. Grupos imensos de populares, armados de paus, percorriam as ruas do centro gritando "Getúlio". As sedes dos jornais oposicionistas, *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, foram atacadas, bem como os edifícios da Light e da Companhia Telefônica. Os choques com a polícia foram inevitáveis,

Em São Paulo, operários declararam-se em greve e realizaram passeatas pelo centro. A sede dos *Diários Associados* sofreu ameaça de depredação. Em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife também ocorreram manifestações.

Milhares de pessoas desfilaram diante do corpo de Vargas, durante o velório realizado no Catete. Aí também ocorreram manifestações de revolta contra a oposição, mas, sobretudo, observaram-se manifestações de pesar da população. Em cortejo, o corpo foi para o Galeão, de onde foi transladado para São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

Café Filho

Um governo de transição

O tempo de mandato foi completado pelo Vice-Presidente Café Filho, político do PSD. Assumindo na mesma manhã do suicídio de Vargas, compôs um governo com predominância de políticos e militares simpáticos à UDN.

Café Filho caracterizou seu governo como de transição, um período em que se procuraria: "criar condições favoráveis ao advento de uma era de recuperação".

Um de seus objetivos era a estabilização econômica. Eugênio Gudin, economista de visão liberal, nomeado para o Ministério da Fazenda, seguia uma política antiestatizante e favorável à abertura do País ao capital estrangeiro, o que despertou severas críticas dos nacionalistas. Gudin procurou conter a inflação contendo os salários, o que provocou inúmeras manifestações contra a carestia e greves como a de setembro de 1954, em São Paulo, sob o comando do Pacto de Unidade Intersindical, originado na greve dos 300 mil.

Outro dos objetivos de Café Filho era a realização de eleições no prazo legal.

Embora políticos do PSD, do PSP e da UDN, receosos da reação getulista, propusessem o adiamento das eleições para a Câmara, para a renovação de 2/3 do Senado e para o governo de 11 estados, elas foram realizadas, como previsto, em

outubro de 1954. O resultado mostrou poucas alterações no conjunto de forças anteriormente presentes no Congresso. A coligação PSD/PTB continuava detendo a maioria.

O "fantasma" do getulismo ainda não se dissipara e os segmentos da burguesia no poder confrontaram-se seriamente durante o processo de escolha do sucessor de Café Filho.

A difícil escolha

No final do ano de 1954, iniciaram-se as articulações para a escolha dos candidatos e o governador de Minas, Juscelino Kubitschek, foi apontado como candidato do PSD. Imediatamente passou a se falar de um golpe, pois havia militares descontentes que pretendiam, "pela espada, moralizar a Nação".

Os militares, contrários à indicação, estavam ligados à Escola Superior de Guerra, então comandada por Juarez Távora, e eram apoiados pela dissidência do PSD e pela UDN.

Em março de 1955, ainda na tentativa de impugnar a candidatura de JK, a UDN lança mão de uma tática já utilizada contra a posse de Vargas, a tese de eleição por maioria absoluta. O retorno da tese deveu-se a uma necessidade de conciliar as tendências udenistas, divididas entre o radicalismo de Lacerda – que defendia o golpe – e o legalismo de Afonso Arinos – que propunha uma mudança constitucional, tornando obrigatória a maioria absoluta.

Apesar das pressões, a candidatura de JK foi mantida. Seus concorrentes foram Ademar de Barros, do PSP, que contava com parte dos votos da baixa classe média e do proletariado paulista; Plínio Salgado, candidato do PRP (Partido de Representação Popular), em torno do qual se congregavam antigos simpatizantes do integralismo; e Juarez Távora, apoiado pelo PDC (Partido Democrata Cristão) e pela UDN, que recebeu os votos dos intelectuais do PSP e da dissidência do PSD.

Juscelino foi eleito pelas bases rurais do PSD e pelos trabalhadores urbanos cujos votos deveram-se à presença de João Goulart, candidato à Vice-Presidência pelo PTB e também apoiado pelo PCB.

Eleitos por 36% dos votos nacionais, Juscelino e Goulart começaram a sofrer intensa campanha udenista contra sua posse. Além da tese da maioria absoluta, a UDN argumentava o fato de os candidatos haverem sido eleitos por votos dos comunistas. Faziam coro neste argumento, antigos participantes da República do Galeão; o Clube da Lanterna; a Cruzada Democrática; a Cruzada Anticomunista; e os militares da Escola Superior de Guerra.

A legalidade da espada

As pressões se agravam durante o enterro do general Canrobert Pereira da Costa, um dos signatários do Manifesto dos Coronéis, opositor de Vargas. Em discurso, o coronel Mamede, ligado à Escola Superior de Guerra, fez um apelo à sedição. O ministro da Guerra, General Lott, exigiu do Presidente da República a punição do Coronel. Neste momento, Carlos Luz exercia a Presidência, em substituição a Café Filho, que sofrera uma crise cardiovascular e estava hospitalizado.

Carlos Luz, em vez de punir Mamede, fez alguns contatos para a escolha de um novo ministro da Guerra. Com isso, automaticamente, colocava-se contra a posse dos eleitos.

Diante de tal situação o general Lott resolve assumir o comando da resistência. Na madrugada de 11 de novembro, tanques e 25 mil homens ocupam as ruas do Rio de Janeiro. Carlos Luz, Lacerda, Mamede e os ministros da Justiça, da Viação e da Marinha refugiaram-se no cruzador Tamandaré, sob o comando do almirante Sílvio Heck. Pretendiam desembarcar em Santos, pois em São Paulo contavam com o apoio – mais tarde desmentido – do governador Jânio Quadros. O Tamandaré foi barrado ao sair da baía de Guanabara por tiros das fortalezas de Lages e de Santa Cruz.

Retornando ao Rio, Carlos Luz foi impedido de assumir o poder de decisão do Congresso. Em seu lugar assumiu interinamente o presidente do Senado, Nereu Ramos. Ao se restabelecer, Café Filho não retornou à Presidência, por votação do Congresso.

A pedido de Lott, Nereu Ramos declarou estado de sítio a 25 de novembro. Depois de 30 dias ele foi prorrogado até a posse de JK, a 31 de janeiro de 1956.

Juscelino Kubitschek

Nonô chega ao Catete

Juscelino Kubitschek de Oliveira, Nonô, como era carinhosamente conhecido em Minas, teve sua posse garantida pelas armas e, na opinião de vários autores, teve um governo estável no qual a democracia foi amplamente exercida e respeitada.

Segundo a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides,[5] a estabilidade do governo JK deve-se à aliança PSD/PTB, à centralização política e ao apoio das Forças Armadas.

Atendendo às aspirações do PSD e do PTB – respectivamente, manutenção do regime de propriedade agrícola e ampliação do mercado de trabalho –, Juscelino conseguiu o apoio da maioria parlamentar, responsável pela aprovação de todos os projetos que interessavam ao Executivo.

A preocupação em atender aos interesses dos dois partidos manifestava-se também na composição dos ministérios de JK, constantemente renovados entre 1956 e 1961. Com exceção do Ministério da Guerra, nas mãos do general Henrique Teixeira Lott até 1960, quando ele se candidatou à Presidência da República, os demais ministros foram escolhidos entre os políticos do PSD e do PTB. Ao primeiro partido

---

[5] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

cabia o controle das Relações Exteriores, da Fazenda, da Justiça e da Viação e Obras Públicas. Ao segundo, o PTB, a Agricultura, o Trabalho e... os sindicatos. Com isso, o Presidente se protegia dos desgastes provocados por greves, uma constante em seu governo.

O grande responsável pelo apoio que Juscelino recebeu das Forças Armadas foi, sem dúvida, Lott. Como ministro da Guerra, ele soube manter a hierarquia, a ordem e a

disciplina militares. Outro fator foi a concessão de verbas substanciais aos ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha, e a entrega do controle das áreas estratégicas aos militares. Suas participação em postos de poder na Petrobrás, na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), nos grupos executivos e em outras entidades condizia com as aspirações de "segurança e desenvolvimento" da Escola Superior de Guerra, duas décadas depois retomada sob outra roupagem.

Desde o início, JK estabeleceu o que se chama "um estilo de governo". No dizer de Juca Chaves, autor que em várias canções satirizou o Presidente, tratava-se de um "Presidente bossa-nova". A verdadeira "bossa" de Juscelino foi, porém, saber ser um renovado antigo político do PSD que, cordial, hábil e tolerantemente, manteve a ordem, modificou sem alterar, usou o poder sem violência e capitalizou simpatias com cada um de seus atos.

Kubitschek conseguiu, sobretudo, catalisar a esperança dos brasileiros, criando uma mentalidade desenvolvimentista. Era preciso ter os olhos nos futuro, despertar a Nação, aproveitar suas potencialidades e riquezas:

> Os ventos começam a ser propícios, o Brasil é uma Nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha.[6]

---

6 Discursos - JK, apud CARDOSO, M. L. *Ideologia do desenvolvimento*.Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 194.

Dentro da ordem

Os discursos de JK, tão bem estudados pela socióloga Miriam Limoeiro Cardoso, revelam os componentes da ideologia do desenvolvimento sobre a qual se baseou a ação governamental.

No discurso desenvolvimentista, diretamente vinculado ao populista, são eliminadas as diferenças de interesses e aspirações dos grupos ou classes sociais: "somos um País com objetivos nacionais".[7] Todos estão unidos em torno do projeto de desenvolvimento que, deste modo, se torna uma "vontade coletiva" e mascara o predomínio social da burguesia.

Ao governo cabe "sistematizar, expressar e atualizar" a vontade coletiva, levando em conta as condicionantes políticas, como a relação do Executivo com os partidos políticos e com o Legislativo ou a posição da Nação nas relações internacionais.

No quadro da industrialização brasileira, desde 1930, o Estado vinha ampliando consideravelmente sua participação na economia, e assumindo o papel de gerente político dos conflitos de classe. Estes aspectos, bastante reforçados no período JK, explicam, em parte, a manutenção da aliança populista até meados dos anos 60.

O desenvolvimentismo é a ideologia que propõe "mudar dentro da ordem para garantir a ordem". Concretamente isto significa mudar dentro do sistema capitalista para garantir o objetivo último que é o desenvolvimento capitalista do Brasil.[8]

Na impossibilidade de obter internamente os recursos necessários para este fim, é legítimo obtê-los nos países do bloco ocidental, a "ordem" maior na qual o Brasil está inserido. Não estranha, portanto, que, ao mesmo tempo, JK defendesse o nacionalismo e abrisse as portas ao capital estrangeiro.

---

7 Idem, ibidem, p. 207.
8 Idem,ibidem, 1977.

Um símbolo do desenvolvimento

A obtenção dos recursos externos dependeu, também, da necessidade de exportação de capitais por parte dos países financiadores. Em termos internacionais, na segunda metade dos anos 50, o capitalismo monopolista procurava integrar as economias dos países periféricos, cuja mão de obra barata era cada vez mais atraente às empresas estrangeiras.

A obtenção dos recursos externos, no entanto, implica também uma interferência dos financiadores na política interna dos financiados. Neste ponto, revela-se o outro aspecto da ideologia do desenvolvimento, que é o nacionalismo. O limite da intervenção externa é marcado pela soberania da Nação, o que lhe reserva o direito de decidir. O direito à decisão é invocado por JK por ocasião do rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Ainda segundo Miriam Limoeiro Cardoso, o nacionalismo na ideologia desenvolvimentista assume várias faces, todas expressas em diferentes momentos no período em questão. Ele é "patriótico" na medida em que encaminha o desenvolvimento da Nação; é "internacionalista", quando se vincula à cooperação internacional; e é "anticomunista", pois a desordem, a subversão e o trabalho são incompatíveis. Esta oposição foi abordada pelo Presidente ao referir-se a uma das greves de seu governo:

> Se estou defendendo intransigentemente o princípio de autoridade e a ordem nas ruas – é ainda no vosso interesse, no interesse do próprio povo. Pois da desordem já vistes, não poderá surgir senão mais carência, mais pobreza e mais miséria. Um dia perdido nas desordens de rua é um dia perdido para o trabalho e a produtividade.[9]

9 Idem, ibidem, p. 197.

Tais aspectos do nacional-desenvolvimentismo de JK, e outros ainda que não cabe aqui especificar, tomaram forma física em Brasília, o "monumento de papel crepom e prata", citado por Caetano Veloso em "Tropicália", ou, segundo Maria Victoria de Mesquita Benevides, a "metassíntese".[10]

A nova capital, obra de todos, animada por JK, concebida por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e construída por milhares de "candangos" vindos de todas as regiões do Brasil, corporificava a capacidade dos brasileiros.

A construção de Brasília sofreu a oposição da UDN no Congresso. Porém a aliança PSD/PTB garantia a aprovação dos gastos públicos necessários à satisfação das grandes empreiteiras e à aceleração da obra concluída após 3 anos e 10 meses de trabalho. Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960.

Um peixe na água

Durante o quinquênio de 1956-61, foram inúmeras as ocasiões em que JK pôde demonstrar sua habilidade de político formado nos velhos moldes do PSD e obter, ou manter, a estabilidade favorável à política desenvolvimentista.

Logo após a posse, em fevereiro de 1956, enfrentou a rebelião de Jacarcacanga, chefiada por dois oficiais da Aeronáutica e moralmente apoiada por oficiais lacerdistas. Rapidamente dominada, a rebelião foi um indicador de que na área militar ainda havia resistência ao Presidente. JK deixou claro que não aceitaria provocações: promoveu a postos e comando os oficiais simpáticos aos insurretos e a estes concedeu anistia. O mesmo gesto será repetido em 1959, quando da rebelião de Aragarças, também da Aeronáutica.

Em novembro, em comemoração à resistência de Lott, outro fato demonstrou a permanência da tensão nas Forças Armadas. Com grande manifestação popular, o

---

[10] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

general Lott recebeu uma espada de ouro, o que foi interpretado como uma afronta pela oposição. Juarez Távora, há muito seu opositor, não perdeu a oportunidade para atacar o governo durante um programa e TV. Por isso, foi punido com prisão militar de 48 horas. A reação dos oficiais foi tamanha que se chegou a pensar na decretação do estado de sítio.

Agindo como fiel da balança, sem intervir na área de competência do ministro da Guerra, Juscelino contornou a reação fechando dois centros que congregavam políticos e militares e favoreciam a manutenção do antigo confronto entre os nacionalistas e os entreguistas, respectivamente, a Frente de Novembro e o Clube da Lanterna, de modo que nenhuma das partes se sentisse desprestigiada.

Quanto à esquerda, houve tolerância desde que sua ação não provocasse "agitações". Enquanto permitia que o PC, embora na ilegalidade, vendesse o semanário *Novos Rumos,* livremente nas bancas de jornal, JK fechava o Sindicato dos Estivadores e a Liga de Emancipação Nacional, ambos no Rio de Janeiro, onde também atuavam os comunistas.

A mesma tolerância foi verificável com a direita, que usou livremente a *Tribuna da Imprensa* e o semanário *Maquis* para atacar o governo, sem que por isso fosse tomada qualquer medida restritiva à liberdade de imprensa.

As metas de um plano

Sob o lema "cinquenta anos em cinco", no qual baseou a campanha, Kubitschek estabeleceu seu programa de governo. Durante a primeira reunião de ministros, em fevereiro de 1956, ele expôs o Plano de Metas e instituiu um órgão de controle da economia, o Conselho de Desenvolvimento, integrado por ministros, chefes do Gabinete Civil e Militar e pelos presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O Plano de Meta tinha por principal objetivo "acelerar a acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos em atividades produtoras". Para tanto, pretendia incentivar a industrialização acelerada, como meio de gerar novas oportunidades de emprego e elevar o nível de vida da população.

Em suma, propunha-se o desenvolvimento planejado do capitalismo no Brasil. Tratava-se de atacar os problemas crônicos – energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação –, subdivididos em 30 metas.

Sua aplicação envolveu a afirmação dos tecnocratas na cena administrativa brasileira e a criação de órgãos especiais de administração. Atuando nos GT (Grupos de Trabalho) e nos GE (Grupos Executivos), ao lado de representantes de diversos setores da sociedade – empresários, políticos, militares –, eles tiveram papel importante na elaboração de projetos de lei e no controle dos incentivos tributários, financeiros e tecnológicos. Outro ponto de apoio da política desenvolvimentista definida no Plano de Metas foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiro.

Os bons resultados alcançados pelo Plano devem-se, em parte, à participação do capital estrangeiro, alvo principal das críticas da oposição de esquerda. Estimulados pela Instrução 113 da SUMOC, decretada sob o governo de Café Filho, que oferecia aos investidores a possibilidade de importação de bens de produção sem cobertura cambial, capitais americanos, europeus e japoneses passaram a investir na indústria, independentemente ou associados ao capital nacional. Dessa forma, este também ampliava suas vantagens e a área de sua influência.

A entrada de capitais europeus e japoneses impeliu os Estados Unidos a aumentar o investimento na indústria brasileira, sem o que colocaria em risco sua hegemonia. Em 1958 estavam registradas como brasileiras, com participação direta de capitais estrangeiros, 1.353 firmas, das quais 552 eram associadas ao capital norte-americano.

Outro fator de sucesso do Plano de Metas foi a inflação de cerca de 20% ao ano, causada pelo excesso de despesas públicas e pelo declínio dos preços dos produtos exportados.

O constante aumento do custo de vida levou os trabalhadores a organizarem greves por aumento de salário, cujo número cresceu a cada ano do governo JK. A mais importante delas foi a dos 400 mil, de outubro de 1957, em São Paulo, congregando seis categorias.

Houve também em São Paulo, no ano de 1959, uma manifestação de protesto contra a política econômica do governo, convocada pelo Pacto de Unidade Intersindical, o "Comício do Feijão". Nesta oportunidade, JK chegou a convocar os ministros do Trabalho e da Justiça para coordenar a elaboração de um plano de prevenção e repressão aos movimentos de protesto.

Os responsáveis pelo Brasil

No ano de 1958, o crescimento da inflação e da dívida externa fez aumentarem as pressões contrárias à política de José Maria Alkmim no Ministério da Fazenda, considerada contrária ao Fundo Monetário Internacional.

Juscelino referia-se à crise como "própria do crescimento", e procurava abrir novos mercados no exterior, declarando-se publicamente favorável ao reatamento das relações comerciais com a União Soviética, o que lhe valeu os aplausos da esquerda.

A concessão de empréstimos pelo FMI foi condicionada a um controle da inflação, o que não poderia ser obtido sem graves perdas políticas. Na tentativa de conciliar alguns interesses, Alkmim foi substituído por Lucas Lopes, que propôs o combate à inflação através do PEM (Plano de Estabilização Monetária).

As primeiras medidas do PEM causaram a elevação dos preços e uma forte reação popular. Preocupado com seus efeitos sobre o Plano de Metas, JK abandona

definitivamente o PEM e rompe com o FMI, no início de junho de 1959.

Imediatamente formou-se uma frente de apoio ao Presidente. Dela participaram empresários, militares, políticos e sindicalistas. Em manifestação popular, as entidades de classe apoiaram a medida de Juscelino, e pediram o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e com a China Socialista.

Nos vários discursos proferidos então, JK carregou nos tons nacionalistas – "Somos capazes de governar-nos", "São os brasileiros os responsáveis pelo Brasil..."[11] – que lhe valeram novos rendimentos políticos.

"Rodando à frente do progresso..."

Assim, um anúncio da revista *O Cruzeiro* apresentava o Romi-Isetta, primeiro carro fabricado com capital e tecnologia brasileiros, em 1955.

A implantação da indústria automobilística no Brasil, devido aos altos custos de renovação da frota nacional de veículos, era uma preocupação desde 1950.

A Comissão de Desenvolvimento Industrial, criada por Vargas em 1951, elaborara as diretrizes básicas de estímulo à implantação da indústria automobilística, obedecendo às etapas de criação da indústria de autopeças e acessórios, fabricação de veículos de carga e utilitários e produção de automóveis.

Em meados de 1950, oito empresas já montavam caminhões no Brasil. Entre elas, três haviam se instalado na década de 1920 – a Ford, a General Motors e a International Harvest. A Vemag foi fundada em 1945. A Fábrica Nacional de Motores, de propriedade da União, começou a produzir em 1951 e, um ano depois, foi instalada a Willys Overland. A organização da Mercedes e da Volkswagen data de 1953.

A criação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), em 1956, passou a centralizar a ação do setor. Neste mesmo ano foi decretado o Plano Nacional

---

11 Idem, ibidem, p. 163. CARDOSO, M. L *Ideologia do desenvolvimento*.Brasil: K-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 163.

da Indústria Automobilística, relativo a caminhões. Segundo o Plano, os investidores eram favorecidos por vantagens cambiais, isenção de direitos, estímulo de créditos e garantia de mercado. Em troca deveriam cumprir o programa de produção prefixado.

Inicialmente, o Plano previa a produção de veículos de carga. Porém, divergências entre o Executivo e o Legislativo acabaram por resultar na priorização da produção de automóveis de passageiros.

Entre 1955 e 1960, a Rural Willys, a Vemaguet, o DKW, o "Fusca", o Dauphine, o JK, o Sinca Chambord e o Aero Willys encheram as ruas e o universo de aspirações de consumo da classe média. No início do último ano do governo JK, a Caravana de Integração Nacional, formada por veículos de fabricação nacional saídos de todos os pontos do Brasil, reuniu-se em Brasília. Só no final desde mesmo ano, 1960, foi montado o primeiro trator fabricado no País, por iniciativa da Ford.

Uma das regiões mais pobres do mundo...

O quinquênio JK significou a entrada do Brasil na fase de produção e consumo de bens duráveis, sem que isso significasse uma transformação efetiva das relações políticas entre os diversos setores de classe e entre as classes.

O crescimento industrial deveu-se, também, à manutenção do atraso de vastas regiões – especialmente o campo – onde o regime de propriedade e as técnicas arcaicas de produção eram fatores favoráveis à evasão da mão de obra, cada vez mais necessária nos centros urbanos.

O Nordeste, uma das regiões mais pobres do mundo, sofreu duas secas e uma enchente durante os anos 50. A segunda seca, em 1958, levou ao Catete o eco da força de organização dos camponeses e a necessidade de retomada do controle político desta área constantemente assolada por calamidades e pelos problemas advindos do regime de propriedade.

As melhores terras nordestinas faziam parte de latifúndios . Os pequenos proprietários ocupavam apenas 6% da área disponível. Os trabalhadores dos canaviais não contavam com a proteção das leis trabalhistas e recebiam metade do salário pago aos trabalhadores urbanos.

A partir de 1950, a voz da Igreja começou a elevar-se contra esta situação e, em 1960, declarou-se a favor da Reforma Agrária.

"...na lei ou na marra"

Anteriormente, a reforma agrária havia sido exigida por associações e camponeses, denominadas pela imprensa, Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas originaram-se em 1954, no engenho Galileia, a 60km do Recife, em Pernambuco. Aí, 140 famílias, somando cerca de mil pessoas, trabalhavam em 500 hectares de terra arrendados por "foro", isto é, por pagamento da renda da terra em dinheiro, segundo o estabelecido pelo proprietário. O foreiro que não saldasse sua dívida em tempo hábil, freqüentemente, era ameaçado de expulsão da terra.

Diante das dificuldades de pagamento de foro, os trabalhadores do Galiléia reuniram-se em uma associação civil beneficente de auxílio mútuo, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco. Com isso, tencionavam juntar um fundo comum para a aquisição de uma propriedade na qual pudessem produzir, livres do foro. A reação dos donos do engenho foi, inicialmente, de intimidar os foreiros; em seguida, tentam interditar a Sociedade e, por fim, pedem expulsão judicial dos camponeses.

Sua organização foi vista como "coisa de comunista" e, portanto, uma ameaça à estabilidade das relações de trabalho.

O auxílio jurídico aos foreiros foi prestado pelo advogado Francisco Julião, naquele ano eleito deputado estadual, que se tornou um dos líderes das Ligas. Julião

leva o caso dos "galileus" para a tribuna da Câmara. Pouco depois, propõe a desapropriação da Galileia, enquanto Julião passa a pregar a reforma agrária.

Os 500 hectares do engenho Galileia foram finalmente desapropriados em 1959 e entregues à Companhia de Revenda e Colonização, criada pelo governo estadual, cujo papel era distribuir as terras e organizar a produção.

Os camponeses não aceitaram os critérios estabelecidos pela Companhia, que pretendia deslocar os "galileus" mais combativos para outras áreas e assim desmobilizar o movimento. A Companhia recorre à justiça para desalojar os camponeses, diante de sua recusa em deixar as terras.

Até o final dos anos 50, as Ligas Camponesas haviam se estendido por 26 municípios levando o lema "Reforma agrária na lei ou na marra", sob o qual assentavam sua proposta de transformação da sociedade.

O Nordeste, curral de políticos conservadores, fervia. Tornava-se urgente recuperar o controle da região e, para tanto, não bastava reprimir os camponeses. Seriam necessárias medidas coerentes com a ideologia desenvolvimentista do governo central, que permitissem superar a miséria sem transformar a ordem estabalecida.

A solução?

Por ocasião da seca de 1958, já havia um grupo de técnicos estudando medidas para a solução dos problemas do Nordeste, que a esta altura haviam se tornado um problema nacional.

Em 1959, em um documento no qual analisavam as razões da situação nordestina, os técnicos propunham mudanças na agricultura, diminuição da monocultura açucareira e aumento da produção de alimentos, com a criação de novas fronteiras agrícolas.

Neste mesmo ano, em dezembro, depois de enfrentar sérios obstáculos criados pelos políticos conservadores, foi aprovada pelo Congresso a Lei de criação da Sudene. O primeiro superintendente da nova agência governamental foi o economista Celso Furtado.

Um dos primeiros documentos da Sudene fazia referência explícita aos "problemas sociais e políticos de suma gravidade" existentes na região e propunha a industrialização, a ampliação do fornecimento de energia elétrica e a modernização da agricultura. Só não falava em Reforma Agrária.

Fim de caso

A aliança PSD/PTB, considerada em grande parte responsável pela estabilidade do governo JK, rompe-se por ocasião das articulações para a sucessão presidencial.

No final dos anos 50, o PSD estava dividido. Uma "ala moça" da qual faziam parte políticos como Ulisses Guimarães e Renato Archer, lutava pela renovação do partido, cuja direção era dominada por antigos políticos.

No PTB, além das divergências de comportamento existentes em cada estado, surge durante as discussões para a sucessão uma dissidência, o MTR (Movimento Trabalhista Renovador).

No congresso, as divisões internas destes partidos refletiram-se na composição de vários grupos interpartidários surgidos no final do governo, como a Frente Parlamentar Nacional (PSB, PTB, PSD e UDN), que defendia o nacionalismo.

Havia ainda a Ação Democrática Parlamentar, sob a qual se reuniam políticos conservadores que, financiados pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), ligado à CIA (Agência Central de Informações dos EUA), colocavam-se contra o comunismo e a reforma agrária.

Às eleições de 1960 concorreram três candidatos, cada qual apoiado por diferentes facções do Congresso. Lott contou com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, dos nacionalistas do Exército, da esquerda e do próprio Presidente.

Ademar de Barros candidatou-se pelo PSP e Jânio Quadro pela aliança PDC e UDN. O candidato moralista, portador de uma vassoura saneadora com a qual caracterizou sua campanha, contaria com os votos da classe média, da burguesia udenista e dos trabalhadores petebistas, pois em sua chapa candidatara-se a vice João Goulart, o Jango.

Formava-se, assim, a dobradinha JAN/JAN, de já muito preconizada pelos sindicalistas janistas, do Movimento de Renovação Sindical, cujo porta-voz era Dante Pellacani, presidente da Federação Nacional dos Gráficos.

Jânio e Jango foram os últimos governantes eleitos nos moldes do compromisso populista que, até 1964, marcou a política brasileira.

Cronologia

1950

- Eleições no Clube Militar. Vitória dos nacionalistas.
- Eleições presidenciais. Vargas vence com 48,7% dos votos nacionais.
- Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras.
- Reorganização da Ação Católica Brasileira.
- Inauguração do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.
- Inauguração da PRF-3 TV Tupi, São Paulo, a primeira emissora de TV da América Latina.
- Lançamento da revista *Anhembi*, dirigida por Paulo Duarte.

1951

- Posse dos eleitos, presidente Getúlio Vargas e vice-presidente Café Filho.
- Inauguração da Primeira Bienal de Artes Plásticas de São Paulo.
- Início da circulação do jornal *Última Hora*.

1952

- Eleições no Clube Militar. Vitória dos conservadores.
- Criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).
- Início da circulação da revista *Manchete*.
- Inauguração da TV Paulista, canal 5, em São Paulo.

1953

- Eclosão da greve dos 300 mil, em São Paulo.
- Sancionamento da Lei nº 2.004, criando a Petrobrás.
- Formação do grupo de teatro Arena.

- Realização do filme *Agulha no palheiro*, de Alex Viany.
- Premiação do filme *O cangaceiro*, de Lima Barreto, em Cannes.
- Inauguração da TV Rio, canal 13, no Rio de Janeiro e da TV Record, canal 7, em São Paulo.
- Abertura dos primeiros supermercados em São Paulo.

1954

- Atentado da Rua Toneleros. Morte do major Vaz. Agravamento da oposição a Vargas.
- Pedida a renúncia de Vargas, por brigadeiros reunidos no Clube Militar.
- Suicídio de Vargas. Café Filho na Presidência.
- Formação da primeira Liga Camponesa, no engenho Galileia, em Pernambuco.
- Encerramento das atividades da Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

1955

- Eleições presidenciais. Juscelino Kubitschek vence com 36% dos votos nacionais.
- Afastamento de Café Filho, por doença. A Presidência da República é assumida por Carlos Luz, presidente da Câmara.
- Golpe da Legalidade. Assegurada a posse de JK por Lott.
- Decretação do estado de sítio.
- Inauguração do Cinema Novo, com *Rio, 40 graus*.
- Lançamento da *Revista Brasiliense*, sob direção de Caio Prado Júnior.

1956

- Posse de JK na Presidência da República.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento, órgão que centraliza o planejamento econômico.
- Publicação do romance *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

1957

- Início da construção de Brasília.
- Publicação do "Manifesto concretista", no *Jornal do Brasil*.
- Realização da Exposição Nacional de Arte Concretista, no Museu de Arte Moderna de São Paulo.
- Publicação de *Sobrados e mocambos*, de Gilberto Freire.

1958

- Montagem do primeiro reator nuclear da América Latina, na Universidade de São Paulo.
- Início das feiras industriais em São Paulo, com a realização da I Fenit - Feira Nacional da Indústria Têxtil.
- Criação do grupo de teatro Oficina.
- Estreia no Arena *Eles não usam black-tie*.
- Lançamento do LP *Canção do amor demais* e do 78 rpm *"Desafinado"*, marcando o início da bossa nova.
- Publicação de *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro.
- Conquista da taça Jules Rimet pela Seleção Brasileira de Futebol.

1959

- Juscelino Kubitchek rompe com o FMI.
- Criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento d Nordeste).
- Fim da chanchada no cinema nacional com *O homem do Sputnik*.
- Publicação de: *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado; e *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.
- Visita de Fidel Castro ao Brasil.

1960

- Inauguração de Brasília por Juscelino Kubitschek.

Glossário

Antiimperialista: posição contrária ao domínio econômico exercido pelos países ricos sobre as nações pobres.

Aparelho de Estado: conjunto de organismos e instituições sobre os quais se baseia a autoridade do Estado.

Bossa nova: movimento musical iniciado no final da década de 1950, responsável pela renovação da música popular brasileira e por sua projeção no exterior.

Burocracia: conjunto de órgãos administrativos, em geral públicos. Conjunto de funcionários hierarquicamente organizados que cuidam da administração.

***Capitalismo*:** sistema social baseado na propriedade privada dos meios de produção. O que caracteriza sua fase monopolista é a crescente fusão de empresas e capitais.

***Cinema novo*:** movimento iniciado no final dos anos 50 que adotou novos temas e renovou a estética do cinema brasileiro projetando-o internacionalmente.

***Coexistência pacífica*:** nova fase das relações entre Estados Unidos e União Soviética, resultante da desestalinização da potência socialista e da superação do macarthismo nos Estados Unidos, no final da década de 1950. Consistia em evitar a guerra através de negociações e acordos.

***Degelo*:** processo ocorrido na União Soviética após a morte de Stalin, em 1953. Consistiu na liberalização do regime, do ponto de vista político e econômico. Implicou o abandono das rígidas posições do antigo dirigente soviético em relação à política externa.

Democracia popular: denominação utilizada para caracterizar o regime político de algumas repúblicas socialistas.

***Desestalinização*:** processo ocorrido na URSS após a morte de Stalin, em 1953. Consistiu na revisão do culto à personalidade e à burocracia vigente no País. Esta revisão atingiu também os partidos comunistas.

***Eixo*:** refere-se ao conjunto de países nazifascistas, Itália, Alemanha e Japão, que se aliaram durante a Segunda Grande Guerra.

***Entreguista*:** no caso, indivíduo favorável à participação ilimitada dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos, na economia e política interna do Brasil.

***Estado*:** conjunto de poderes políticos de uma nação.

***Estado de sítio*:** suspensão provisória dos direitos e garantias individuais. No período de sua vigência o governo tem amplos poderes.

***Existencialismo*:** filosofia de grande influência no pós-guerra que pretende, segundo Sartre, um de seus expoentes, dar ao homem domínio do que ele é e atribuir-lhe a responsabilidade de sua existência.

***Geopolítica*:** ciência que combina geografia, política e história, e estuda a causalidade espacial dos fenômenos políticos.

***Guerra fria*:** situação resultante das disputas por posições políticas, entre os Estados Unidos e a União Soviética, após a Segunda Grande Guerra.

***Indústria cultural*:** fenômeno ligado à industrialização, ao desenvolvimento da sociedade de consumo e dos meios de comunicação de massa, através dos quais divulga uma cultura preparada para atingir grandes públicos.

***Integralismo*:** movimento político inspirado no fascismo europeu, do qual adotou também gestos e atitudes. Organizado em 1932, por Plínio Salgado, ficou popularmente conhecido como o movimento dos "camisas-verdes", pois este era o seu uniforme.

***Liberalismo*:** doutrina política que caracterizou o século XIX; preconizava as liberdades social e individual e subordinava o poder do Estado a leis.

***Marxismo*:** doutrina filosófica do século XIX, criada por Marx e Engels, fundada sobre o materialismo dialético, do qual resultou a teoria da revolução operária.

***Modernização*:** reformas e transformações que atualizam a estrutura econômica e social de um país.

***Nação*:** agrupamento humano que habita um território; está organizado sob o mesmo governo e tem laços de origem e cultura.

***Nacionalismo*:** sentimento nacional exacerbado. Doutrina baseada no sentimento nacional

que assumiu características historicamente determinadas, como, por exemplo, nas colônias africanas, o direito de formar uma nação.

***Pelegos*:** dirigentes sindicais favoráveis à política do governo, mesmo que em prejuízo dos trabalhadores.

***Socialismo*:** sistema social no qual a propriedade dos meios de produção é coletiva e gerida pelo Estado.

***Subdesenvolvimento*:** palavra que define a situação dos países atrasados comparativamente àqueles que estão em um estado avançado do capitalismo.

***Tecnocrático*:** pensamento ou atitude que prioriza as soluções técnicas dos problemas, sem levar em conta os aspectos sociais e humanos neles envolvidos.

***Tropicália*:** movimento do final da década de 1960 que contou com a participação de músicos, artistas plásticos e poetas, que pretendiam criticar a sociedade expressando-se de formas renovadas.

Para saber mais

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

O Autor analisa a história do Brasil, através de suas estruturas econômicas, jurídica, política e ideológica, no contexto das relações entre as classes. São de especial interesse para o entendimento dos anos 50 os capítulos "Intervencionismo estatal" e "Redemocratização e instabilidade populista".

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A obra é fundamental para o conhecimento da história política do Brasil contemporâneo e, em especial, do período JK.

BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954;* a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

O Autor examina o caráter de classe do populismo, detalhando as especifidades dos interesses que contribuíram para sua crise.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento.* Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O livro trata dos aspectos ideológicos das propostas dos governos JK e JQ, possibilitando a apreensão de aspectos sutis do complexo desenvolvimento proposto durante este período.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

O trabalho permite uma visão completa do desenvolvimento do Brasil contemporâneo, mais diretamente das práticas econômicas do Estado. Recomenda-se, para ampliação dos conhecimentos sobre os anos 50, a leitura das partes IV e V, respectivamente,

"Desenvolvimento e capitalismo nacional" e "Industrialização e interdependência".

IANNI, Octavio. *Formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1989.

Focalizando os casos da Argentina, do México, do Equador, da Bolívia e do Brasil, o Autor apresenta elementos teóricos e históricos para a compreensão do populismo; são abordadas ainda as várias interpretações do fenômeno.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O Autor aborda os principais aspectos do governo JK, dando ao leitor uma excelente visão do conjunto dos problemas do período.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política;* estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-1954). São Paulo: Polis, 1978.

Trata-se de uma interessante coleção de ensaios que analisam vários aspectos da greve de 1953, inserindo-os nas relações de classe do populismo. É recomendável a leitura do capítulo 3, que trata do desenvolvimento da greve.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1985.

O Autor analisa a produção cultural do Brasil, investigando o caráter ideológico de alguns conceitos, como, por exemplo, "consciência nacional", e suas implicações.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

A coleção, composta de cinco volumes, reúne em textos e rica iconografia informações sobre diversos aspectos da vida brasileira durante o século XX. É importante fonte de consulta.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira;* cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

O Autor nos oferece uma contribuição interessante para o debate dos rumos atuais da cultura brasileira. Discute aspectos importantes, como o da "identidade nacional". Para a compreensão do período aqui abordado são de especial interesse "*Memória e*

sociedade: os anos 40 e 50".

SKIDMORE, Thomas. *Brasil, de Getúlio a Castelo* (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

Seguindo a ordem cronológica, o brasilianista Skidmore informa o leitor sobre os principais acontecimentos do período populista no Brasil. Trata-se de uma obra de consulta.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

Este trabalho, cujo autor é da área de filosofia, analisa a produção desenvolvida no ISEB, reconstruindo seus objetivos e teorias. É de grande importância para o entendimento do nacionalismo e da ideologia desenvolvimentista.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*; memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1988.

De leitura agradável, este testemunho pessoal é importante para o conhecimento de algumas das relações de influências e interesses existentes em um órgão de imprensa comprometido com os governos de Getúlio de Juscelino.

WELFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso, org. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

A leitura deste trabalho é básica para o conhecimento de uma das interpretações clássicas do populismo no Brasil.

MEM

MEMÓRIAS

MEMOR